ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 45 — Série VII — N.º 78
25 de Setembro de 1975

Preço: 4$00
Angola e Moçambique: 9$50

CENTROS

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 76 97 05 - 76 97 44 - 76 97 51 - 77 98 28 ★ Composição e Impressão - Heska Portuguesa ★ Distribuição - Distribuidora «O SÉCULO»

Comemoremos a vitória de 28 de Setembro com jornadas de luta e de solidariedade

- **Lisboa** — Grande jornada popular de solidariedade com os trabalhadores alentejanos pela Reforma Agrária contra a reacção e o fascismo, no Estádio 1.º de Maio, sábado, 27, pelas 15 horas
- **Porto** — Grande comício amanhã, no Palácio de Cristal, pelas 21 horas, comemorando a vitória sobre a reacção no 28 de Setembro. Uma festa popular encerrará o comício.
- **Marinha Grande** — Jornada de convívio e esclarecimento político no próximo domingo com a inauguração da livraria 18 de Janeiro.
- **Portimão** — Jornada de confraternização organizada pela Comissão Distrital de Faro do PCP que decorrerá desde 28 de Setembro até 5 de Outubro.
- **Setúbal** — Jornada de trabalho promovida pela UEC na Herdade 1.º de Maio, na Gâmbia.

DEFENDER FIRMEMENTE A REFORMA AGRÁRIA

A ofensiva contra a Reforma Agrária é hoje uma das peças fundamentais da contra-revolução. Os grandes agrários do Alentejo – que o fascismo designava como «os apoios incondicionais do regime» – tentam desesperadamente estacar o processo desencadeado pela Revolução portuguesa, tentam destruir os resultados da luta de anos e anos dos operários agrícolas e pequenos e médios camponeses contra a opressão e a exploração.

A situação é porém muito clara. Se a Reforma Agrária e as nacionalizações foram um resultado do processo revolucionário, o fruto da luta de operários e camponeses, elas são também o esteio do processo revolucionário. Só elas garantirão que cada vez mais as classes trabalhadoras possam gerir os destinos da Pátria garantindo a consolidação e progresso de uma democracia rumo ao socialismo.

A vigilância é necessária. E não se trata apenas de não andar para trás. Há que exigir marchar em frente pois é essa a única forma de respeitar e cumprir o programa da Revolução portuguesa.

Se queremos que o processo revolucionário siga o seu caminho, não podemos deixar que durmam, nas folhas do «Diário do Governo», as medidas já tomadas para a lavoura. Não podemos deixar morrer a iniciativa e o esforço das massas trabalhadoras, que diariamente se manifestam nos campos, nos sindicatos, nas herdades alentejanas.

A herança fascista não perdoará, se continuarmos a manter algumas das estruturas fascistas que ainda perduram. Os grémios da lavoura terão de desaparecer por completo, dando lugar a serviços revolucionários, que sejam isso mesmo: serviços de promoção e apoio à Reforma Agrária, de ajuda aos trabalhadores organizados, aos pequenos e médios camponeses.

Para isso, é necessário escolher os homens. Não se pode permitir a irresponsabilidade, a indisciplina ou a incúria em quem assume cargos decisivos, seja a que nível for, nos organismos da Reforma Agrária, é preciso ter a coragem revolucionária de escolher os mais aptos e capazes, recusando aqueles que poderão cumprir melhor outras tarefas.

A confiança dos camponeses, dos trabalhadores rurais, tem de ser ganha todos os dias, mediante actos concretos, mediante trabalho efectivo, desburocratizado, acção que dê frutos visíveis, frutos imediatos e a curto prazo.

A unidade de todos os trabalhadores, o reforço da aliança entre operários e camponese é hoje mais do que nunca indispensável para fazer estacar a ofensiva reaccionária.

A Reforma Agrária defende-se e executa-se nos campos e também nas fábricas, nas empresas, nos serviços, nas escolas. As nacionalizações defendem-se e executam-se nas fábricas e nas empresas e também nos campos, nos serviços, nas escolas. A Revolução portuguesa defende-se e executa-se em Portugal como os portugueses entendem.

Unidade e vigilância, trabalho e organização contra as manobras da reacção!

Editorial

PORTUGAL NÃO SE VENDE

O Portugal de antes do 25 de Abril — o Portugal da ditadura fascista, o Portugal de que eram senhores da economia e da política os grandes monopólios e os grandes agrários, o Portugal da exploração e da guerra colonial — era ao mesmo tempo o Portugal dependente do imperialismo, o Portugal dominado por interesses estrangeiros, o Portugal em que o governo e o poder económico, na defesa dos interesses das classes exploradoras, se associavam de forma crescente ao capital estrangeiro, numa posição de dependência e submissão.

Ditadura fascista e poder económico dos monopólios significavam dependência e submissão ao imperialismo. Liberdade, democracia, socialismo, têm de significar independência nacional.

REVOLUÇÃO E INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A revolução portuguesa pôs fim à ditadura fascista. Instaurou amplas liberdades. Pôs fim à guerra colonial e contribuiu para o mais rápido acesso à independência dos povos antes submetidos ao colonialismo português. Adoptou uma política social que melhorou as condições de vida das camadas mais desfavorecidas. Tomou finalmente algumas medidas revolucionárias (nacionalizações da banca e dos sectores básicos da economia, reforma agrária, etc) que criam possibilidades reais de profundas transformações económicas e sociais abrindo caminho para o socialismo.

Toda esta evolução da situação portuguesa, toda a nova política progressista, foi possível porque, com a revolução, os portugueses passaram a decidir dos seus próprios problemas, não para servir interesses estrangeiros, mas com critérios de interesse nacional.

A revolução foi, em si mesma, uma vigorosa expressão de independência do povo português. Num país que, como o nosso, estava fortemente dependente do imperialismo estrangeiro, a construção de um regime progressista, a edificação duma nova economia ao serviço do povo e do país, são inseparáveis duma política de independência nacional.

Independência nacional significa um poder político que só receba ordens do próprio povo e uma economia que sirva o povo e o país. Independência nacional significa decisão livre por nós, os portugueses, sem ingerência estrangeira, da política que convém à nossa própria pátria.

(Continua na pág. 2)

ÁLVARO CUNHAL NO ALENTEJO:

«A Reforma Agrária não pode voltar e não voltará atrás»

Vítimas de uma guerra imposta pelo grande capital monopolista, pelo imperialismo e pelo fascismo ao povo português, os dificientes das Forças Armadas conduzem uma luta justa que conta com o apoio de todo o povo

Pág. 3

SALVEMOS OS PATRIOTAS ESPANHÓIS

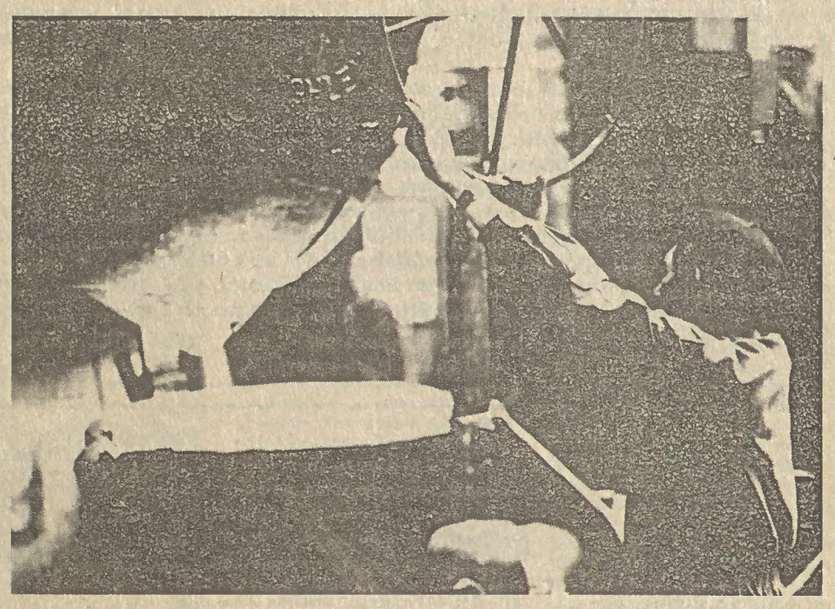
Apesar do clamor internacional que se ergue contra a barbárie repressiva em Espanha, sucedem-se as condenações à morte de anti-fascistas — 11 em menos de um mês seis das quais ao abrigo da nova lei «anti-terrorista», que já serviu de pretexto para a prisão de cerca de 200 pessoas.

Empenhada na defesa dos seus privilégios ameaçados, a última ditadura fascista da Europa maneja com cínico à vontade a sua arma — a repressão. Assenta hoje a capacidade de sobrevivência sobre a mesma base que permitiu o seu aparecimento — o crime e a morte. Na escalada repressiva em que se lançou, não respeita mesmo o que normalmente é respeitado pelas forças repressivas do grande capital, e prepara-se para cometer duplos assassinatos, com a condenação a pena capital de duas jovens que se encontram grávidas.

A indignação mundial pela sucessão de condenações à morte, tem provocado múltiplas manifestações de repudio e, por pressão das massas populares, tem levado até organizações bem pouco interessadas em criticar o fascismo espanhol, a dirigirem apelos de clemência a Franco. Persistindo na sua senda criminosa, a ditadura terrorista que impera em Espanha, ignora em termos que podem criar-lhe dificuldades internacionais, o multiplicar de iniciativas que visam a salvação da vida dos antifascistas condenados. A expulsão de Espanha de um grupo de intelectuais franceses, que se propunham efectuar uma conferencia de imprensa em Madrid sobre as condenações à morte e a atitude da TV espanhola ao chamar o seu correspondente em Lisboa, a pretexto da «atitude inadmissível e hostil assumida pela TV portuguesa contra Espanha» (ou seja, contra o fascismo espanhol) — são atitudes que exemplificam esse desprezo pelos esforços internacionais para a anulação da pena de morte em Espanha.

Situando-se como sempre na primeira linha de combate ao fascismo espanhol o Partido Comunista Português enviou ao Governo de Espanha um telegrama, assinado pelo Secretariado C.C. em que se afirma: «Protestamos energicamente contra novas penas de morte. Reclamamos sua anulação, liberdade para todos patriotas antifascistas do povo irmão espanhol».

Conforme declara o Conselho Mundial da Paz, numa declaração em que pede a mobilização da opinião pública mundial para salvar os patriotas espanhois, as actuais condenações à morte constituem uma série de represálias utilizadas pelo regime em Madrid, «com o intuito de eliminar a luta legítima do povo espanhol pela liberdade». Pretende-se manietar e silenciar um povo pelo medo da morte. Ao intentá-lo o fascismo espanhol demonstra a sua ignorância da experiência histórica, da experiência do povo que hoje esmaga. Nada fará parar a luta do povo espanhol. Nada fará parar a solidariedade internacional com essa luta. E neste momento é particularmente importante que essa solidariedade se consiga materializar na salvação da vida dos patriotas condenados.



A paralisação dos Trabalhadores Metalúrgicos constitui um índice inequívoco da força revolucionária da classe operária

Pág. 8

Editorial

(Continuação da pág. 1)

O IMPERIALISMO CONTRA A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Procurando no estrangeiro apoios que lhe faltavam no próprio país, os governos fascistas acentuaram os velhos laços de dependência. Portugal tornou-se pasto das multinacionais que, intimamente associadas aos grupos monopolistas portugueses se infiltraram tentacularmente em todos os sectores da economia nacional. As riquezas dos países submetidos ao colonialismo português tornaram-se moeda de troca para o auxílio à política de guerra colonial.

A ditadura fascista, com a negação das mais elementares liberdades, com a sua PIDE e o seu aparelho repressivo, mostrava-se uma máquina eficiente para garantir a feroz exploração dos trabalhadores portugueses e elevadíssimos lucros aos capitalistas estrangeiros.

Salvo raros momentos e raras excepções, os governos dos países imperialistas (reaccionários, liberais ou social-démocratas) faziam silêncio sobre a opressão e os crimes fascistas em terra portuguesa e mantinham relações amistosas com a ditadura.

A revolução veio pôr em causa esta cómoda posição do imperialismo em Portugal. Apesar da política extremamente prudente dos sucessivos governos provisórios, apesar do respeito pelos interesses dos cidadãos de outros países, apesar de as nacionalizações terem respeitado a parte estrangeira, o imperialismo tomou desde logo e manteve uma posição hostil para com a revolução portuguesa, posição hostil que (tem de dizer-se) foi facilitada, inspirada e mesmo solicitada pelos sectores e forças que, em Portugal, se tem oposto ao processo revolucionário e procuram apoios e ajudas externas contra as forças revolucionárias.

Uma monstruosa e orquestrada campanha de mentiras, difamações e calúnias foi lançada pelos poderosos meios de informação do imperialismo. As pressões políticas e diplomáticas multiplicam-se atingindo em muitos casos o grau de ostensiva e desvergonhada ingerência na política interna portuguesa. Os variados serviços da conspiração e subversão imperialista internacional passaram a ser activíssimos no apoio a contra-revolucionários que hospeda lá fora e na organização da contra-revolução no nosso território. As ameaças e pressões de carácter económico e financeiro (de dentro pelas posições das multinacionais, de fora pela acção de governos, de bancos, de companhias) adquiriram aspectos de sabotagem e de boicote.

Defender a revolução passou a significar uma luta em duas frentes: uma interna e outra externa — ambas estreitamente ligadas e associadas. Defender a revolução é defendê-la dos inimigos internos e defendê-la das ingerências externas. Defender a revolução é defender a independência nacional, assim como defender a independência nacional é defender a revolução.

A «AJUDA» CONDICIONADA

O imperialismo hostiliza a revolução portuguesa, mas declara querer ajudá-la. A chamada «ajuda» dos imperialistas não é porém à revolução, mas às forças que estão contra ela. O que os imperialistas visam com as pressões económicas, promessas de «ajuda» e eventuais créditos e investimentos é impedir o prosseguimento do processo revolucionário e do caminho para o socialismo, é ajudar as forças sociais e políticas que estão contra a revolução, é criar condições para restituir o poder económico aos monopólios associados ao imperialismo.

O PCP sempre declarou serem de aceitar créditos estrangeiros, mesmo investimentos estrangeiros. Aceitar e garantir. Mas não aceitar condições políticas que contrariem a nossa independência. Não aceitar que sejam os imperialistas a dizer como devem ser a Constituição e as leis de Portugal. Não aceitar que sejam os imperialistas a dizer qual é o governo que Portugal deve ter, se os comunistas devem ou não participar no governo, se o PPD deve ficar dentro ou fora e que pastas devem ficar nas mãos deste ou daquele partido. Portugal não pode aceitar e não aceitará pagar por tal preço a chamada «ajuda» dos países ocidentais.

Portugal não se vende pelos 70 milhões de marcos que a RFA anda a acenar há meses ou os 80 milhões que agora diz poder ser o «auxílio» a pequenas e médias empresas. Não se vende pelos 20 milhões de dólares que empresas privadas norte-americanas estariam dispostas a emprestar para construção de habitações sociais, nem pelos 80 milhões de dólares que o Sr. Mc Govern se diz disposto a propôr ao Congresso dos EU como ajuda a Portugal. Tão pouco se vende pela soma «tentadora» de 700 milhões de dólares do Mercado Comum atirada nas vésperas do VI Governo Provisório, para influenciar as decisões.

A troco do poder económico e político, os capitalistas e seus agentes estão dispostos a vender a Pátria ao diabo. Mas o povo português não permitirá que seja vendida nem por centos de milhar nem por milhões.

UMA LUTA NACIONAL E PATRIÓTICA

Devido à pesada herança económica deixada pelo fascismo, à sabotagem económica levada a cabo pelos monopólios, pelos agrários e pelo imperialismo estrangeiro, às incidencias da crise internacional do capitalismo e aos problemas causados por profundas transformações que implicam a substituição dos antigos aparelhos da direcção e gestão, — Portugal atravessa sérias dificuldades económicas e financeiras.

Não é porém voltando atrás no processo revolucionário, não é restituindo ao grande capital empresas nacionalizadas e aos agrários as terras expropriadas e ocupadas pelos trabalhadores, não é submetendo-nos às exigências de governos estrangeiros, das multinacionais, e das forças internas que as apadrinham, que se encontrará a solução para os problemas nacionais na época revolucionária que vivemos.

Há forças e sectores que procuram dramatizar ao máximo a situação económica e financeira. Que gritam cá dentro e lá fora que a economia portuguesa está no caos, que as reservas estão a ponto de se esgotarem, que irá haver um aumento colossal de desempregados, falta de géneros, miséria geral. E que gritam tudo isto para concluir que não podemos viver sem a «ajuda» imperialista e que para obter essa «ajuda» nos temos de submeter às condições postas pelos imperialistas, incluindo a política interna, a constituição do governo e a distribuição de pastas.

A verdade é que, com surpresa das aves agoirentas e dos pregadores duma catástrofe nacional a curto prazo, a evolução da economia portuguesa nos últimos tempos acusa alguns indícios animadores. Decresce a taxa da inflacção. Manifesta-se uma tendência para a estabilização dos preços e mesmo em alguns casos para a sua diminuição. Aumentou a produção agrícola, designadamente do trigo, assim como de certos ramos industriais (cimento, adubos, etc.). Melhoraram os termos das trocas internacionais reduzindo-se as importações e mantendo-se sensivelmente o mesmo nível das exportações.

A situação é difícil, mas é superável. Não pelo regresso a uma perspectiva capitalista, mas pelo prosseguimento e melhoramento da eficácia de uma política verdadeiramente nacional, progressista e popular rumo ao socialismo. Não pela submissão ao imperialismo, mas pelo prosseguimento duma política de independência nacional.

O povo português está empenhado em defender as liberdades e as conquistas da revolução. A luta em defesa da revolução é, ao mesmo tempo, a luta por um Portugal livre e verdadeiramente independente.

No caso português, uma vez mais a história está mostrando que os revolucionários são os verdadeiros patriotas, que a causa dos povos se identifica com a causa das pátrias.

UM ANO DEPOIS DO «28 DE SETEMBRO»

recordemos a grande jornada de luta de massas que derrotou a conspiração da 'maioria silenciosa'!

edições Avante!

«28 de Setembro: a Conspiração da 'Maioria Silenciosa'»

O processo do primeiro grande ataque da reacção à Revolução Portuguesa.

A ESCALADA DO TERROR FASCISTA

A escalada fascista prossegue. Os atentados contra o almirante Pinheiro de Azevedo e o Centro de Trabalho do PCP na Marinha Grande confirmam que as organizações terroristas atacam em todas as frentes, executando a estratégia do ELP. É preciso acabar com a violência fascista!

É preciso conter, derrotar, esmagar a escalada fascista!

É preciso desmascarar todos aqueles que apoiam o MDLP e o ELP e, cada vez mais seguros da impunidade, se declaram já, publicamente partidários dessas organizações terroristas.

Os atentados nos últimos dias confirmaram o fundamento das repetidas advertências do nosso Partido quanto à gravidade do perigo que ameaça a Revolução. Quando bandos fascistas apoiados por elementos da reacção (incluindo caciques do CDS e do PPD) começaram a assaltar, saquear e incendiar as sedes do PCP, apontamos esses actos criminosos como um ensaio geral para uma escalada terrorista mais ampla e generalizada, dirigida não apenas contra os comunistas, mas contra todas as forças democráticas, contra todas as conquistas populares, contra o MFA, contra a Revolução. O objectivo dessa ofensiva criminosa não pode agora ser contestado por aqueles que tendo contribuido para a fanática campanha anticomunista se julgavam a coberto do ódio da reacção. Esse objectivo é *a reimplantação do fascismo em Portugal* através de métodos terroristas, de um autêntico mar de sangue. O MDLP, que tem Spínola como seu *leader* máximo, confessa que montou em Portugal uma rede clandestina cujos elementos estão dispostos a recorrer à violência para substituir a legalidade democrática pelas *soluções* que a maioria silenciosa preconizava. Por outras palavras: o MDLP bata-se pela volta do fascismo, é um movimento fascista, dirigido por criminosos da guerra colonial. O ELP afirma agir na sua própria faixa, sem ligações com Spínola, mas os seus métodos e fins são exactamente os mesmos. Durante meses, os seus elementos agiram à luz do dia, ante a passividade quase completa das autoridades. Movimentavam-se nas fronteiras e em pequenas aldeias e vilas do Norte e das Beiras, distribuiam tarjetas, pintavam muros, ofereciam emblemas sem que tais desafios à ordem democrática encontrassem a resposta adequada.

Agora passaram à acção terrorista nos moldes tradicionais da «mano» da Guatemala ou da «Triple A» argentina. Permitem-se até imitar o «esquadrão da morte» brasileiro. Telefonam para as redacções das agências noticiosas estrangeiras (especialmente para a United Press, cujas ligações com a CIA são antigas e conhecidas) e assumem a responsabilidade pelos actos terroristas praticados. «Agora estamos em condições de liquidar qualquer figura importante do Governo militar-marxista», afirmou um desses informadores do ELP, numa farronca, ao anunciar pelo telefone o atentado de domingo que visava a pessoa do primeiro-ministro. Essa escolha não foi casual. Os fascistas sabem que o almirante Pinheiro de Azevedo assumiu o compromisso de pôr cobro à onda de violência reaccionária, não ignoram que está disposto a restabelecer a legalidade democrática onde ela foi destruída por bandos terroristas, não desconhecem que a plataforma política que precedeu a formação do governo garante o exercício dos mais amplos direitos e liberdades como condição essencial à defesa e aprofundamento das conquistas da Revolução. O atentado contra o primeiro ministro fracassou. Mas o ELP, não tenhamos dúvidas, prosseguirá na sua escalada criminosa.

Coincidindo com a intensificação da escalada terrorista, o aparelho de propaganda das organizações fascistas ampliou também as suas actividades. Por outro lado tenta, usando os mais diversos processos, utilizar orgãos de informação privados para a divulgação das suas «teses» e para a promoção pessoal dos seus dirigentes. Por outro lado, trata de distribuir por todo o país as suas próprias publicações, comunicados e tarjetas com palavras de ordem.

O ELP tem o seu jornal. Intitula-se «Libertação», mas é um autêntico manual para terroristas e um breviário fascista com conselhos e máximas que lembram os contidos nas *lições de estratégia* de Kaulza de Arriaga. Entre os conselhos práticos aos seus militantes, isto é, a todos os candidatos a terroristas, figura a oferta da fórmula para fabricar «cocktails Molotov». Pede-se a todos os simpatizantes que não paguem impostos, que sabotem o trabalho nas empresas nacionalizadas, que combatam os sindicatos revolucionários e as comissões administrativas, que sabotem a economia nacional por todos os meios aos seu alcance. E também que desafiem e provoquem as forças militares, que ataquem objectivos militares. A secção intitulada «agenda do militante» inclui as moradas de elementos das Forças Armadas encarregados de lutar contra o ELP, e de outros conhecidos democratas. O ELP sugere o assassínio daqueles cujos nomes figuram na sua lista. Entre eles — registe-se — figura o camarada Manuel Pedro, membro suplente do Comité Central do nosso Partido.

A maioria das referências pessoais do pasquim do ELP não diz, porém, respeito a camaradas nossas. O editorial do órgão dessa associação de criminosos fascistas não estabelece uma linha divisória nítida entre os comunistas e destacados democratas que não sendo comunistas desempenharam ou desempenham um papel importante no processo revolucionário. O ELP não faz distinções entre o IV, o V ou o VI Governo. Para essa pandilha de assassinos e traidores, o essencial é «multiplicar os focos de rebelião», instigar o povo a ácções de violência contra a ordem democrática, arrastar «os detentores do poder para o desprestígio através de actos de desafio e resistência». Os insultos generalizados dirigidos a algumas das personalidades mais em evidência do MFA vêm provar aquilo que o nosso Partido sempre afirmou ao condenar desde a primeira hora as manobras que visavam (e conseguiram) romper a unidade da componente militar do processo revolucionário. Para os fascistas que adoptam o terrorismo como método de acção política não há diferenças sensíveis entre «moderados» do MFA, oficiais da 5.ª Divisão ou do COPCON. O ELP envolve todos no seu ódio fanático, deixa transparecer muito claramente que os encara a todos como inimigos a abater. A visão da história do ELP é a de Salazar, os seus métodos são os métodos clássicos do fascismo. E cita, nomeadamente, com adjectivos insultuosos, os generais Costa Gomes e Otelo Saraiva de Carvalho, o major Melo Antunes, definindo-os como «legítimos herdeiros dos comunistas». Até o dr. Mário Soares, inspirador da campanha anti-comunista e grande responsável pela divisão do MFA, é apontado como «marxista». O major Vitor Alves não escapa igualmente às injúrias do ELP que não lhe perdoa a opinião digna de que «o anticomunismo é uma coisa replente». O chamado «Documento Melo Antunes» não passa, segundo os terroristas que pretenderam assassinar o primeiro-ministro, de um conjunto de «banalidades marxistóides».

Embora o seu objectivo seja outro, esse bando de terroristas demonstra, diariamente, através do que faz e do que afirma, que em Portugal não há, como pretendem certos partidos e individualidades, muitas escolhas. Ao negar a existência de fronteiras entre «moderados» e «esquerdistas», ao colar o rótulo de comunistas a todos os homens do MFA, os bandoleiros do ELP lembram a todos os autênticos revolucionários que a opção é entre Revolução ou Reacção, entre Socialismo e Fascismo! As bombas que explodiram na Messe da Armada, em aldeias do concelho da Batalha e próximo do Centro de Trabalho do PCP na Marinha Grande vieram lembrar que para a reacção fascista são inimigos todos aqueles que pretendem levar a Revolução adiante, que estão interessados na defesa da ordem democrática, na construção de uma sociedade a caminho do socialismo. Esses exemplos de terrorismo feroz, fanático desmentem a tese dos partidos burgueses de que os assaltos e saques às sedes do nosso Partido constituiem um fenómeno isolado que não ameaçava as conquistas democráticas do 25 de Abril. É o próprio ELP — e o MDLP segue na sua esteira — que, pelo seu comportamento, pela sua propaganda demonstra que não são apenas os comunistas que estão em causa. O terrorismo fascista visa todas as liberdades e organizações progressistas, eliminar todas as individualidades, militares e civis, que se opõem à volta do fascismo.

Os comunistas estão habituados a esse tipo de desafios. À violência física e reaccionária respondem com a força da sua coragem, com a determinação da sua vontade, com a tranquila segurança de quem está segura da vitória final. Mas a luta contra a violência fascista, contra a ameaça dos terroristas e assassinos do ELP e do MDLP não é uma tarefa que caiba apenas à vanguarda revolucionária da classe operária. É uma tarefa de todo o povo português, de todos os partidos e organizações democráticas, do MFA, dos oficiais, sargentos e soldados que no 28 de Setembro e no 11 de Março souberam barrar o caminho à reacção e quebrar-lhe os dentes. O povo da Marinha Grande acaba de dar um exemplo de espírito de luta, de admirável combatividade, ao paralizar todas as actividades naquela vila, a meio da tarde de segunda feira, como sinal de protesto contra os actos criminosos do ELP.

É preciso exigir a punição severa dos bandoleiros e assassinos fascistas! É preciso redobrar a acção e a vigilância popular! É preciso acabar de vez com a violência fascista!

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

A série de deflagrações de engenhos explosivos no passado fim de semana, logo após a tomada de posse do VI Governo Provisório, reveste-se de um significado que ultrapassa largamente as suas consequências imediatas.

Os bandos fascistas a soldo do capital monopolista, dos grandes agrários e do imperialismo, indicam o caminho que se propõe continuar a trilhar (e no qual adestram os seus quadros) tendo em vista a criação de uma atmosfera de intimidação e violência propícia à destruição das liberdades e ao triunfo da contra-revolução.

O facto de entre os alvos escolhidos se encontrarem as instalações que tem servido de habitação ao Primeiro Ministro, traduz os sentimentos da reacção fascista relativamente ao papel desempenhado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo ao processo revolucionário português e, dum modo paricular, aos seus esforços para se encontrar uma saída para a actual crise político-militar.

O engenho traiçoeiramente arremassado pela calada da noite contra o Centro de Trabalho do PCP, na Marinha Grande, representa, depois muitas ameaças de assalto, uma clara confissão de impotência dos bandos reaccionários desencorajados pela atenta vigilância combativa dos comunistas e do proletariado da Marinha Grande. O acto criminoso dos fascistas atingiu sobretudo os bens dos comerciantes com casa aberta nas imediações do centro do PCP.

Os atentados bombistas do fim de semana chamam vivamente a atenção para a necessidade de se pôr cobro rapidamente às actividades dos bandos fascistas, desmantelando as organizações clandestinas, prendendo e punindo os cabecilhas já referenciados.

É urgente dar cumprimento ao programa do VI Governo Provisório no que se refere ao desencadeamento de um enérgico combate à reacção e a adopção das medidas adequadas para fazer vigorar as liberdades democráticas em todo o território nacional, condição para a defesa das conquistas da revolução e prosseguimento do processo revolucionário a caminho do socialismo.

22/9/75

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

O POVO DO PORTO DEFENDE OS SEUS DIREITOS

Ameaçada a legalidade revolucionária do poder popular, o povo do Porto saíu na última sexta-feira à rua para defender o seu Concelho, cujo direito de reunião e de existência foi posto em causa pelo Governador Civil.

Como habitualmente, no passado dia 16, o Concelho Municipal marcou para o edifício da Câmara uma reunião dos seus elementos, os quais, deparando com as portas fechadas, não desistiram do seu direito de livre reunião, adiando-a para o dia 19, no mesmo local.

Cerca das 17 horas começaram a concentrar-se no átrio do edifício camarário numerosos grupos de moradores do Porto, prontos a garantirem a realização da reunião do Conselho Municipal. Às 19 horas apareceu no local uma força da PSP, comandada pelo tenente Carmona, que informou os grupos de moradores presentes de que a reunião não se podia efectuar por ordem do Governador Civil do Porto e, por consequência, aconselhando os populares a dispersarem.

Perante a firmeza e a recusa das massas populares em abandonarem o local, gritando diversas palavras de ordem, tais como «A Camâra é do Povo», as forças policiais atacaram à velha maneira fascista, irrompendo no interior do edifício, agredindo os presentes à bastonada provocando vários feridos, atingindo nomeadamente uma mulher grávida.

Devido ao modo selvático como actuaram as forças policiais presentes no local, a tensão aumentou e as pessoas concentradas no átrio investiram contra as forças da PSP, forçando a barreira e lograram entrar de novo no edifício da Câmara, obrigando as forças policiais a refugiarem-se na esquadra existente no interior da Câmara.

Entretando, entusiasticamente saudados pela multidão, chegaram ao local militares da PM, que foram recebidos com a palavra de ordem «Operários, camponeses, soldados e marinheiros unidos venceremos». Esta força militar da PM declarou que a reunião do Conselho Municipal estava autorizada a realizar-se, pelo que os seus membros entraram de novo para o seu gabinete habitual. Entretanto, as massas populares confraternizavam com os militares, tendo-se exigido mais uma vez o regresso do brigadeiro Corvacho ao comando da Região Militar do Norte, uma vez que o seu afastamento causou a mais profunda indignação entre o

Na reunião que então efectuou, o Conselho Municipal deliberou expulsar do seu seio a Comissão de Trabalhadores da Câmara, a PSP, a GNR e a Guarda fiscal. Nessa reunião foi ainda decidido entregar as instalações da Câmara ao controlo dos militares presentes, a fim de evitar aventureirismos oportunistas, e exigir a imediata retirada das forças da PSP. Finalmente, o Conselho Municipal decidiu efectuar a reunião na Praça Humberto Delgado, garantindo assim participação popular.

As massas populares, entretanto, no exterior, continuavam a demonstrar a sua combatividade e o seu repúdio pelas manobras tipicamente reaccionárias què envolveram todos estes acontecimentos gritando «reacionários fora dos Quartéis», «O povo diz não ao Cal Brandão», etc. Fez-se uma recolha de fundos para a luta dos trabalhadores alentejanos, lançaram-se apelos à solidariedade com a luta dos trabalhadores metalúrgicos contra o patronato reaccionário.

Por volta das 23 horas iniciou-se então a reunião na Praça fronteira ao edifício onde, para além da divulgação das decisões anteriores, se denunciou a imprensa diária portuense, principalmente o «Comércio do Porto», acusado de deturpar factos, servindo assim a contra-revolução.

Prosseguindo a reunião, foi aprovada uma moção em que se exigia a demissão imediata do Governador Civil, Cal Brandão, bem como da Comissão de gestão por ele nomeada para a Câmara, e a sua substituição por uma Comissão Administrativa reconhecida pelo Conselho Municipal. No mesmo documento exigia-se ainda da parte do governo o reconhecimento do Conselho Municipal, um inquérito ao tenente Carmona da PSP, o saneamento dos quartéis de todos os reaccionários, e ainda o regresso do Brigadeiro Eurico Corvacho.

A sessão terminou com um voto de solidariedade aos trabalhadores da República e Rádios Renascença, bem como aos anti-fascistas espanhois e à luta dos trabalhadores Alentejanos.

O PCP E O VI GOVERNO

A Comissão Política do Comité Central define a posição do PCP relativamente ao VI Governo Provisório

1. Acaba de ser anunciada a formação do VI Governo Provisório. Falando na acto de posse, o novo Primeiro Ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, confirmou as linhas programáticas essenciais constantes na plataforma aprovada antes da formação do novo governo.

O PCP sublinha a importância de objectivos centrais como o combate às actividades contra-revolucionárias, a defesa da ordem democrática, a garantia do exercício das liberdades em todo o território nacional e a consolidação das grandes conquistas da revolução como as nacionalizações e a reforma agrária.

No governo, através dos membros do Partido que nele participem, assim como nos locais de trabalho e em todos os sectores da vida nacional, o PCP lutará firmemente para que estes objectivos sejam alcançados.

2. Pela sua composição, o governo está longe de corresponder às forças políticas interessadas em assegurar o processo revolucionário.

O PCP considera de forma crítica a presença no governo de membros do PPD, partido que se coloca aberta e ostensivamente contra o processo revolucionário e cuja actividade se confunde com a da reacção. Tão pouco a correlação de forças no quadro político nacional e a orientação e actividade do PS justificam o número de lugares que lhe foram conferidos.

O PCP apoiou entretanto os esforços do novo Primeiro Ministro para formar novo governo porque, na situação político-militar existente, a alternativa seria a formação de um governo de direita ou o prolongamento do vazio do poder que criaria condições favoráveis para o avanço e mesmo um golpe das forças contra-revolucionárias.

Acima de estreitos critérios sectários, o PCP pôs os interesses da revolução portuguesa.

3. Como já tem sido sublinhado, não era possível constituir, nestas condições, um governo de coligação.

O PCP recusou-se a ter quaisquer encontros ou contactos com o PPD e em relação ao PS aceitou apenas serem as suas delegações recebidas simultaneamente pelo Presidente da República e pelo indigitado Primeiro Ministro com as delegações do PS.

O PCP fez numerosas propostas que não foram aceites e expressou a sua discordância em relação a várias linhas de orientação programática e a numerosos aspectos da distribuição de responsabilidades no novo elenco ministerial.

O PCP deu autorização a que membros do Partido participassem no governo como Ministros e Secretários do Estado sem ser a título de representação oficial do PCP.

O PCP aprovará as medidas positivas que sejam tomadas pelo Conselho de Ministros ou por qualquer Ministério indiferentemente de quem ocupa o cargo e manifestará a sua discordância e oposição a medidas que sejam tomadas e infrinjam as linhas programáticas constantes na plataforma do governo.

4. As acções de massas dos últimos dias, as grandes paralizações, comícios e manifestações da classe operária, do proletariado rural e das massas trabalhadoras na zona de Lisboa, na margem sul, no Porto, no Algarve, no Alentejo, mostraram a firme determinação de bater a violência fascista, de cortar o passo à contra-revolução, de impedir uma política de direita, de defender as liberdades e as outras grandes conquistas da revolução.

A grave crise da revolução portuguesa será superada pelo ardor combativo e firmeza de objectivos, o grau de organização, a cooperação e a unidade do movimento popular e dos soldados, sargentos e oficiais revolucionários, pela aliança do Povo com o MFA.

Nas condições existentes, a política de qualquer governo só poderá ter êxito na medida em que inserir a sua própria acção no processo revolucionário, na construção do novo Portugal democrático a caminha do socialismo.

19.9.75

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

FASCISMO E INFORMAÇÃO

No mesmo dia, a última quinta-feira, «O Jornal» publicou uma extensa entrevista com o ex-comandante Alpoim Galvão, e o «Tempo» anunciou outra com um elemento do ELP.

Não estamos perante uma coincidência. Trata-se da prova indesmentível de que a reacção fascista tem outra vez acesso fácil aos meios de comunicação social e utiliza tranquilamente certos jornais para fazer a apologia do terrorismo e da contra-revolução.

No 25 de Abril a extrema direita perdeu os grandes diários, a Rádio e a Televisão. Não deixou de contar na Província com pequenos jornais, mas quando tentou criar em Lisboa órgãos de informação próprios e mais ambiciosos – caso do «Bandarra» – esses *ensaios* tiveram curta vida. Morreram com o 28 de Setembro.

Foi somente depois da grande vitória revolucionária do 11 de Março que os fascistas, mercê da acção de outras forças políticas, voltaram a encontrar canais para a sua propaganda sediciosa. A campanha do Partido Socialista e dos seus aliados contra alguns jornais nacionalizados e ataques não menos violentos contra eles dirigidos por grupelhos pseudo-revolucionários criaram em certos meios da pequena-burguesia a atmosfera de dúvida e confusão propícia ao lançamento de *jornais privados*, ideologicamente díspares mas todos defensores do conceito de liberdade de imprensa burguês. Vinculados a interesses capitalistas, esses jornais nunca foram, nem poderiam ser, independentes. É a imagem da velha sociedade, de estruturas sociais marcadas pela exploração do homem pelo homem, que todos eles reflectem, embora visando fins diferentes.

No caso de «O Jornal», a direita fascista soube aproveitar o figurino da falsa independência e a cumplicidade de um repórter sem escrúpulos, esse sector define-se politicamente através dos métodos a que recorreu para «obter» a entrevista, nas opiniões que emite, e na própria fotografia em que conversa, sorridente, com o não menos sorridente Alpoim Galvão. Em condições normais, o fascista que organizou o ataque a Conakry em 1970 – e sôbre o qual o PAIGC dispõe nos seus arquivos de uma documentação que o iguala aos criminosos de Nurenberg – teria de recorrer a meios clandestinos para fazer ouvir a sua voz em Portugal. «O Jornal» decidiu, porém, oferecer-lhe as suas colunas para que ele fizesse com a maior insolência a propaganda das actividades terroristas do MDLP, dissertando sobre a sua organização clandestina e planos futuros. Até achou oportuno recordar que ele, Alpoim Galvão, fez desaparecer em Lisboa, como «fumo no ar» um navio que levava armas para o MPLA. É o perfil desse criminoso, a palavra desse fascista, a estrutura da organização contra-revolucionária de que ele é um dos dirigentes que um órgão de informação divulga agora, acentuando que o faz numa altura «em que a palavra contra-revolução foi transformada num slogan estafante e sem forma definida». Com a ajuda da imprensa «independente», Alpoim Galvão anuncia que espera «comer as rabanadas de Natal em Portugal». Que venha será recebido como merece!

O «Tempo», que é um pasquim fascista, anunciou para hoje a entrevista com um terrorista do ELP. Para justificar essa provocação vergonhosa, fala em «imprensa independente e livre», em «objectividade na informação», na «defesa de processos democráticos para resolver os problemas da Nação». Os trabalhadores do «Jornal do Comércio» em cujas instalações é composto e impresso o «Tempo», já condenaram a manobra contra-revolucionária tornando publica a sua decisão de impedir que a entrevista com fascistas do ELP seja publicada. Outros gráficos, outros trabalhadores da Informação já tinham denunciado em termos muito claros o significado contra-revolucionário da publicação da entrevista de Alpoim Galvão, alertando a opinião pública para o perigo de semelhantes iniciativas tomadas em nome de um conceito burguês de liberdade de expressão. Como era de esperar os responsáveis pela campanha contra «O Seculo», o «Diário de Notícias» e outros órgãos de informação ao serviço do povo e da Revolução permaneceram calados. A propaganda aberta do terrorismo e do fascismo incomoda-os, pelo visto, menos do que a defesa das nacionalizações e da reforma agrária. Os factos assim o demonstram.

CONTRA A INGERÊNCIA IMPERIALISTA

Num importante documento o Conselho Mundial da Paz analisa a situação portuguesa e desmascara a reacção interna e internacional

«Os participantes na reunião do Ibureau da Presidência do Conselho Mundial da Paz, vindos de 33 países, de 10 organizações internacionais e de movimentos de libertação nacional, reunidos em Bissau, na Pátria de Amílcar Cabral, totalmente livre, soberana e independente, dirigem um apelo instante aos partidos políticos democráticos de todos os continentes, aos sindicatos, às organizações de jovens, mulheres, às associações religiosas, às personalidades de todas as tendências democráticas e antifascistas para agirem com prontidão e eficácia, independentemente das diferenças de opinião e apreciação, de modo a levantarem uma sólida barreira à ingerência estrangeira, à conspiração imperialista contra Portugal». Este apelo que inclui os comités nacionais dos movimentos da Paz para que *«impulsionem, nesta base, a criação de comités de solidariedade com Portugal»* consta da declaração aprovada naquela reunião efectuada recentemente em Bissau *«contra a ingerência imperialista e a violência fascista em Portugal, pela solidariedade para com as forças progressistas e o Povo português».*

Depois de afirmar que *«o destino da revolução portuguesa se tornou numa questão central da luta dos povos do mundo pela paz, a independência nacional e o progresso social»*, a declaração acrescenta:

«A nenhum povo são ho e indiferentes a luta, os êxitos e os revezes das forças progressistas portuguesas. A vitória do povo português será mais uma vitória de todos os povos no caminho de um mundo liberto da exploração e do subdesenvolvimento, da opressão e da guerra.

As conquistas alcançadas, desde o 25 de Abril, pelo povo português em aliança com o MFA, fazem já parte do património da humanidade.»

Nomeando as grande mudanças políticas, as profundas *«reformas económicas e sociais»*, levadas a cabo de modo pacífico *«graças à aliança entre as forças populares e o MFA, e à sua aliança, no plano externo, com os movimentos de libertação nacional»*, contribuindo *«significativamente para a causa da segurança e da cooperação internacionais»*, o Conselho Mundial da Paz prossegue:

«Há que alertar as forças de Paz e os povos. Correm perigo as conquistas e as esperanças da revolução portuguesa, as profundas reformas económicas e sociais e as liberdades democráticas.

A ameaça de um regresso terrorista da reacção e do fascismo está presente.

A fonte principal destes perigos, a maior força desta ameaça estão no imperialismo. Os sectores mais agressivos do imperialismo, a reacção internacional — antigos amigos do regime fascista e colonialista de Salazar e Caetano — desencadearam uma campanha e uma ingerência hostis há muito, desde as primeiras crises políticas facilmente superadas pela jovem democracia portuguesa. Mas quando as forças progressistas portuguesas se mostraram decididas a empreender a nacionalização dos monopólios e a reforma agrária — e sobretudo a partir do momento em que, derrotado o golpe de 11 de Março, apontaram o caminho para o socialismo — novos sectores políticos internacionais, que se reclamam da democracia, entraram abertamente na campanha e na ingerência contra o curso revolucionário dos acontecimentos em Portugal.

O ANTICOMUNISMO ABRE A PORTA À CONTRA-REVOLUÇÃO

Importa dizer claramente à opinião pública democrática internacional que, nalguns países, o pretexto falacioso e enganador da democracia está a servir de facto para reforçar a ofensiva e a subversão imperialistas e dar cobertura à vaga de violência contra a democracia em Portugal.

O novo Portugal democrático e as suas forças dirigentes — acrescenta a declaração — *encontram-se, assim sob o fogo de pressões, ameaças veladas ou declaradas, chantagens, ingerências directas ou indirectas vindas dos mais diversos quadrantes internacionais. Através das agências de imprensa e dos meios de comunicação de massas controlados pelo imperialismo e os seus agentes foi lançada, no mundo ocidental e em Portugal mesmo, uma gigantesca campanha de desinformação e intoxicação da opinião pública. A imagem da realidade portuguesa tem sido sistematicamente deformada pela difusão massiva das mentiras mais subtis e mais grosseiras. Esta agressão psicológica ao nível da propaganda foi acompanhada de medidas de retaliação económica, abre caminho à agressão económica, e procura condicionar a opinião pública a formas directas de subversão e, eventualmente, de agressão.»*

Depois de se referir à *«intensificação da ingerência e de pressões imperialistas multiformes em Portugal, segundo as técnicas bem conhecidas da «desestabilização»*, o Conselho Mundial da Paz afirma que os objectivos dessa ingerência flagrante são *«reforçar a reacção interna, dividir as forças populares, dividir e dissolver o MFA, paralizar o poder revolucionário, pôr em causa e anular as conquistas populares, as nacionalizações e a reforma agrária»*.

Lembrando que *«Portugal não será o Chile da Europa»*, o Conselho Mundial da Paz conclui afirmando:

«Ao desencadearem convergentemente uma vaga de anticomunismo, forças que se reclamam da democracia abriram a porta à contra-revolução organizada a partir do exterior, a qual nalgumas localidades do Norte de Portugal está na rua e assalta ou incendeia locais de trabalho de partidos progressistas e sindicatos, escritórios, casas comerciais e residências de militantes comunistas e progressistas.

É dever das forças democráticas de todo o mundo manifestar uma solidariedade sem equívocos para com os combatentes da democracia e as vítimas das agressões fascistas, não confundindo as vítimas com os agressores e repudiando incondicionalmente a violência fascista orquestrada em Portugal.

As organizações e sectores democráticos revolucionários portugueses civis e militares têm mostrado, de Norte a Sul do País, coragem, determinação e capacidade para fazer frente à crise, para a superar com as suas próprias forças e encontrar uma solução que assegure a estabilização política, a defesa das liberdades democráticas, a consolidação das conquistas populares e o prosseguimento, numa ampla unidade, da via revolucionária original encontrada pelo povo português.

Mas para isso torna-se essencial e urgente que, no exterior, as ingerências e pressões imperialistas sejam firmemente e persistentemente desmascaradas, combatidas e obrigadas a recuar por todos os amigos da jovem democracia portuguesa, pelas forças progressistas e as forças da paz do mundo.

COMEMOREMOS A VITÓRIA DO 28 DE SETEMBRO!

Por ocasião do aniversário da derrota da intentona reaccionária de 28 de Setembro, o nosso Partido promove diversas iniciativas no sentido de reforçar a unidade e a vigilância revolucionária das massas populares

Há um ano, no 28 de Setembro, as forças contra-revolucionárias desencadearam o seu primeiro assalto com o objectivo de fazer recuar a história e, novamente, submeter o povo português à ditadura política e económica que, com a protecção do imperialismo, se abateu sobre o nosso país durante quarenta e oito anos. Há um ano, a reacção encontrou pela frente a unidade das massas populares mobilizadas a nível nacional na defesa da jovem democracia portuguesa. O 28 de Setembro que assinalou uma das primeiras derrotas estrondosas da reacção, foi o início de um combate sem tréguas entre as forças revolucionárias e as contra-revolucionárias, combate que corresponde à agudização da luta de classes.

O nosso Partido ao promover comícios e festas populares, por ocasião do aniversário da vitória sobre a intentona reaccionária do 28 de Setembro, não tem como objectivo a simples comemoração de uma data que ficará como uma grande jornada de luta do povo trabalhador, mas também, recordar a necessidade imperiosa de cerrar fileiras perante os nossos inimigos de classe, mantendo uma estreita unidade entre a classe operária e o campesinato e todas as outras camadas de trabalhadores, de pequenos e médios comerciantes e industriais, numa palavra, de todo o povo português diante do qual se abre a perspectiva de um futuro melhor. Com a unidade e vigilância popular, a reacção será batida. Com a firmeza com que defendermos o processo revolucionário e impusermos o seu desenvolvimento, a contra-revolução será esmagada. Esta a mensagem a reler do aniversário da primeira grande vitória das massas trabalhadoras sobre a reacção: temperar forças e avançar com decisão rumo ao socialismo.

GRANDE COMÍCIO NO PORTO COM O CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

No Porto, sob o slogan «28 de Setembro, Grande Vitória sobre a reacção», realizar-se-à, na próxima sexta-feira, dia 26, pelas 21 horas, no Palácio de Cristal, um grandioso comício, no qual participará o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido. O comício será encerrado com uma festa popular na qual participarão José Viana, Adriano Correia de Oliveira e Ary dos Santos.

NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO EM LISBOA, REFORÇO DA ALIANÇA DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

A investida da reacção no Alentejo, baluarte da luta revolucionária do povo português, onde os trabalhadores se erguem pela reforma agrária em manifestações grandiosas e fertilizam a terra com heroísmo, a solidariedade de todos os trabalhadores portugueses aos camponeses do sul, o estreitamento da aliança revolucionária entre o proletariado e o campesinato, constituem o tema da grande jornada de unidade e acção dos trabalhadores, contra a nova ofensiva das forças da reacção e do fascismo, que a DORL organiza no próximo dia 28, domingo, pelas 15 horas, no Estádio 1.º de Maio. Deste modo a DORL do PCP dá início a uma ampla campanha de solidariedade revolucionária para com os valentes trabalhadores rurais alentejanos. Os fundos recolhidos durante a grande festa-comício destinar-se-ão aos trabalhadores das herdades colectivas, que no dia à dia não olham a esforços para consolidarem as suas conquistas e fazerem avançar decididamente a Reforma Agrária.

Esta iniciativa unitária do Partido Comunista Português e na qual se devem integrar todos os que estão com a luta dos trabalhadores alentejanos, com a Reforma Agrária e com o socialismo constituirá uma firme manifestação de apoio por parte dos trabalhadores da cidade à justa luta dos rurais alentejanos.

Na festa-comício, em que usará da palavra o camarada Álvaro Cunhal e um trabalhador rural, estarão presentes numerosas delegações das herdades colectivas. No recinto do estádio, onde estarão abertos ao público «stands» da UEC, UJC e da «Editorial Avante», pensa-se que actuarão entre outros os conhecidos artistas Céu Guerra, Dalila Rocha, José de Castro, Ary dos Santos, Ermelinda Duarte, António Montês, Morais e Castro, Helena Isabel, Mário Jacques, Carlos Queirós, Luísa Basto, Carlos Paredes, Luís Cília, Adriano Correia de Oliveira, Fernando Tordo, José Jorge Letria e ainda o coro dos Mineiros de Aljustrel, o coro dos Camponeses do Norte, o coro dos Pioneiros e bandas musicais.

No sábado as massas trabalhadoras de Lisboa e da sua cintura industrial irão demonstrar mais uma vez a sua solidariedade e o seu apoio pela Reforma Agrária.

JORNADA DE TRABALHO DA UEC NA HERDADE 1.º DE MAIO

A Direcção da Organização do Ensino Superior da UEC promove, no próximo domingo, dia 28, uma grande jornada de trabalho na Herdade 1.º de Maio na aldeia da Gâmbia no distrito de Setúbal, comemorando assim de forma activa o 28 de Setembro, dia em que o movimento popular de massas e o MFA aplicaram um rude golpe à reacção fascista. As inscrições encontram-se abertas na Rua Sousa Martins, N.º 8, sede da UEC e na Cantina da Cidade universitária, sendo o preço da viagem (ida e volta) de 56$00.

MARINHA GRANDE, JORNADA DE CONVÍVIO E ESCLARECIMENTO POLÍTICO

As comemorações sobre a vitória popular no 28 de Setembro, compreendem um amplo programa que se realizará, no próximo domingo, dia 28. Às 11,10 h, será inaugurada a livraria 18 de Janeiro, data de uma das gloriosas jornadas revolucionárias da classe operária em Portugal; nesta inauguração falará um camarada que participou no 18 de Janeiro e um camarada do Comité Central do nosso Partido; às 12,30 realizar-se-à um convívio piquenique numa mata dos arredores; às 15 horas proceder-se-à à apresentação da Organização dos Pioneiros da Marinha Grande; às 16 horas, camaradas do Comité Central estarão presentes numa sessão de esclarecimento.

EM PORTIMÃO FESTA POPULAR ATÉ 5 DE OUTUBRO

A Comissão Distrital de Faro do nosso Partido promove de 28 do corrente mês a 5 de Outrubro, uma grande festa popular. Do programa desta jornada de confraternização consta: dia 28, às 16 horas, abertura da feira, e às 21,30 actuação de José Viana, Dora Leal, Barata Moura e baile com o conjunto «Esquema 4»; di 29, às 21,30, noite do «Avante!» dia 30, exibição do filme «Os camaradas ferroviários»; dia 1 de Outubro, às 21,30 horas, rancho folclórico de Lagos e baile com o «Esquema 4»; dia 2, às 21,30, noite da Juventude organizada pela UJC e pela UEC; dia 3, às 21,30, representação da peça «A Excepção e a Regra» de Bertold Brecht, pelo Grupo de Teatro de Pejão; dia 4, às 16 horas, abertura da feira e às 21,30 noite alentejana com a exibição dos ranchos de Pias e dos ceifeiros de Cuba e possivelmente o coro dos mineiros de Aljustrel, e baile com o «Esquema 4»; dia 5, às 18 horas, música e canções com o «Intróito» e José Jorge Letria e às 22 grande comício do nosso Partido com a presença de um membro do Comité Central. Haverá ainda exposições sobre a agricultura na União Soviética e sobre a vida nos países socialistas.

A festa inicia-se a 28 de Setembro, aniversário da primeira grande investida organizada da reacção para esmagar a jovem democracia do nosso país. Em 28 de Setembro, em 11 de Março, como noutras ocasiões, a classe operária, os trabalhadores, o MFA, toda a população amante da liberdade e da democracia, souberam dar a devida resposta à reacção. Novas e importantes conquistas foram alcançadas, as liberdades e a democracia preservadas, deram-se importantes passos no caminho para a pátria socialista. Com a cobertura das forças conservadoras e da direita, bandos de provocadores e incendiários fascistas têm-se apostado em criar em Portugal um clima de terror e violência. Manobras de bastidores e actividades divisionistas, dentro e fora do MFA, têm trazido largas camadas da população justamente preocupadas com as guinadas à direita a que se tem assistido nalguns órgãos do poder.

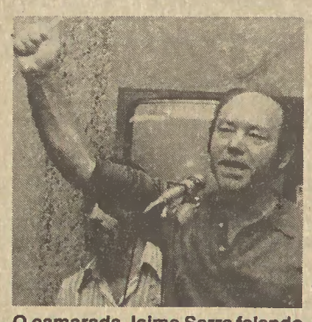
Nos últimos dias, assiste-se contudo à resposta enérgica da classe operária, dos trabalhadores rurais do Alentejo e das massas trabalhadoras da zona de Lisboa, da Margem Sul, do Porto, do Algarve, através de grandes paralizações, comícios e manifestações que mostram a firme determinação de vencer a violência fascista, de cortar o passo à contra-revolução, de impedir uma política de direita, de defender as liberdades e outras grandes conquistas da revolução.

A festa do nosso Partido em Portimão integra uma campanha de angariação de fundos para o Partido, em que está empenhada a organização do Partido no Algarve, e será também uma forma de manifestar a disposição da classe operária, dos trabalhadores, da população de Portimão e do Algarve de fazer frente na província a todas as investidas da reacção, de defender as conquistas depois do 25 de Abril e de consolidar a democracia a caminho do socialismo.

A Comissão Distrital de Faro do nosso Partido chama todos os trabalhadores, operários e operárias conserveiras, pescadores, pequenos e médios comerciantes, pequenos e médios agricultores, democratas e homens progressistas, mulheres e jovens a particpar na grande festa popular de Portimão que se realiza de 28 de Setembro a 5 de Outubro, no recinto de festas do Portimonense.

NOVO CENTRO DE TRABALHO

Por cada centro de trabalho do PCP destruído pelos fascistas, novos serão erguidos pela dedicação revolucionária dos militantes comunistas



O camarada Jaime Serra falando na sessão realizada no Barreiro

Mais fortes que a fúria destruidora dos reaccionários e fascistas que queimam e saqueiam os centros de trabalho do PCP, a iniciativa criadora e o devotamento dos comunistas apoiados pelas massas populares dão a resposta adequada a essas cobardes agressões contra a liberdade do povo, erguendo novos centros, novos locais de reunião e trabalho.

Como aconteceu no passado sábado, no Barreiro, onde milhares de pessoas assistiram à inauguração do novo Centro Concelhio, realizada num ambiente de entusiasmo e alegria.

Num gesto de solidariedade combativa, os camaradas que iam inaugurar o seu centro de trabalho sairam para a rua logo de manhã recolhendo fundos para auxiliar os centros do Partido destruídos pelos bandos reaccionários no Norte do País. Os frutos conseguidos – quinze mil escudos – mostram bem o apoio popular dado ao nosso Partido pela combativa população trabalhadora do Barreiro.

À tarde, com as novas instalações completamente cheias e a rua «invadida» pelos muitos que não chegaram a poder entrar, foi feita a inauguração oficial, na qual participaram os camaradas Jaime Serra, do CC do PCP, os militantes locais César de Castro e Ava Maria, e ainda o Grupo Coral do Roxo, de Montes Velhos.

À noite, na sala do Cinema Ferroviários, completamente cheia de vibrante público, realizou-se uma sessão festiva e de trabalho, durante a qual o camarada Jaime Serra fez o ponto da situação política.

APOIO UNITÁRIO E FRATERNO

A solidariedade internacional como forma de unidade da classe operária e dos trabalhadores de todo o mundo perante o perigo fascista e contra o imperialismo. O Partido Comunista do Uruguai junta a sua mensagem fraterna às vozes solidárias dos partidos irmãos

A solidariedade que partidos, organizações e militantes, comunistas e socialistas de todo o mundo têm manifestado, em milhares de mensagens, ao nosso Partido, ao processo revolucionário português, á classe operária e aos restantes trabalhadores do nosso país, não entra em linha de conta com a situação interna desses partidos, com questões que só a eles dizem respeito.

A solidariedade e todas as formas de apoio e ajuda perante a vaga de violência fascista de que o PCP é alvo tem-se manifestado em bloco quer dizer sem restrições derivadas de situações políticas ou partidárias, quer de Portugal quer dos países donde nos vem essa solidariedade militante.

As manifestações de apoio fraterno e activo do Partido Comunista da União Soviética, do Partido Comunista da Bélgica, da RDA, da Hungria, da Suíça, da Alemanha Federal ou da Inglaterra têm para nós o mesmo significado, o mesmo grau de força solidária, são encaradas como um mesmo e único sinal, de internacionalismo proletário, tomado relativamente a cada um desses partidos e a todos os outros que se manifestaram condenando a vaga de terrorismo fascista contra o Partido Comunista Português e outras forças democráticas e revolucionárias do nosso País.

Honramos por igual todas as manifestações de solidariedade e ajuda que temos recebido e continuamos a receber. Não desejamos de modo nenhum (e até agora não o temos verificado) que essas manifestações amigas e solidárias sirvam para provocar, ou incentivar, esta ou aquela polémica, esta ou aquela desavença, ou cisão entre forças políticas dos trabalhadores estrangeiros.

Perante a violência fascista contra o nosso Partido, temos deparado com a unidade da classe operária e dos trabalhadores de todo o mundo, que condenam essa violência e apoiam a nossa luta.

Assim sucede com o Partido Comunista do Uruguai que nos envia a sua plena solidariedade extensiva a todas as forças revolucionárias e progressistas que, *«enfrentam a escalada fascista e defendem o destino da jovem democracia nascida em 25 de Abril de 1974»* na terra portuguesa, que *«se converteu em cenário de uma dura batalha que interessa a todos os povos».*

«O Partido Comunista do Uruguai — acrescenta a mensagem do Comité Central do PCU — *saúda calorosamente o heróico Partido Comunista Português, que responde com firmeza exemplar aos assaltos e manobras da contra-revolução e que propicia, com lucidez e perseverança, a unidade de todas as forças de esquerda e antifascistas para salvar a democracia e a sua perspectiva socialista».*

E o PCU termina formulando *«votos para que o Povo português e o MFA, solidamente unidos, superem esta nova e difícil prova na construção de um Portugal novo e livre»*

DEFICIENTES PRETENDEM RESOLVER A SUA SITUAÇÃO

Contando com a simpatia e o apoio popular os deficientes das Forças Armadas desencadearam desde sábado várias acções tendo em vista assegurar os seus direitos

Depois de uma manifestação que decorreu no sábado e que percorreu as ruas de Lisboa desde o Rossio até Belém e reagindo ao facto de não terem sido recebidos, os deficientes das Forças Armadas decidiram chamar a atenção da população para a situação em que se encontram cerca de 30 mil, homens resultado trágico de uma guerra que o fascismo impôs ao Povo português e aos povos das colónias. Trinta mil deficientes e cerca de doze mil mortos, balanço sinistro de uma guerra onde apenas eram defendidos os interesses do grande capital explorador.

Exigindo o compromisso formal de que o decreto-lei que estrutura a sua situação futura elaborado pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas seja aprovado pelo Governo e reclamando ser recebidos pelo Presidente da República os deficientes fizeram barragens, paralisaram por algum tempo o trânsito ferroviário e ocuparam as portagens da Ponte 25 de Abril e da auto-estrada do Norte, franqueando ao público a sua utilização.

Nesses locais, onde se registava um amplo apoio da população, eram lidos comunicados onde os deficientes explicavam pormenorizadamente a sua condição e a solução que pretendem ver concretizada. Ouvidos atentamente pelos populares, os manifestantes têm encontrado um justo clima de completa compreensão e apoio pelas suas reivindicações, concretizado pelas ajudas que receberam tanto em alimentos como em apoio moral.

Entretanto, segundo declarações dos dirigentes da ADFA que foram primeiramente recebidos pelo capitão Marques Júnior, membro do Concelho da Revolução e, posteriormente, por um representante do Presidente da República, o projecto do decreto-lei sobre a situação dos deficientes seria discutido na reunião do Conselho da Revolução que hoje se efectua.

CONFIDENCIAL

O exemplar da semana passada do jornal «Tempo» comporta diversas novas de relevante importância e significativo teor.

Numa caixa da primeira página, o periódico informa que «descobriu» o ELP e que vai publicar uma entrevista com um homem do ELP, o que o ELP certamente agradece – e sabe-se lá de que maneira.

Teoricamente fulgurante, o «Tempo» sopra esta asserção: «O ELP existe. Logo é notícia.» Não se pretende que os redactores do «Tempo» tenham conhecimentos mínimos de lógica – é mesmo óbvio que é um dos muitos que não têm. Contudo, permitimo-nos completar o silogismo:

Tudo o que existe é notícia.
O ELP existe.
Logo, o ELP é notícia.

Brilhante. O boato existe; logo, o boato é notícia. A mentira existe; logo a mentira é notícia. O frigorífico do sr. Nuno Rocha existe; logo, o frigorífico do sr. Nuno Rocha é notícia.

Contudo, a teorização de «Tempo» àcerca da fineza prestada à divulgação dos pontos de vista da contra-revolução não se fica por aqui: Explica-se ainda que a obtenção da entrevista «traduz todo um sentido de busca, de perseguição da notícia, de milhentas dificuldades que foi necessário vencer».

Esta concepção atlética do jornalismo, esta imagem perdigueira da informação explica efectivamente a pacóvia secção do mesmo jornal que dá pelo nome de «Confidencial».

Na do último número, sob a epígrafe «Personalidade», o «Tempo» buscou, o «Tempo» perseguiu, o «Tempo» encontrou, o «Tempo» alcançou a seguinte informação:

«Em meios afectos ao Partido Comunista Português fala-se muito no possível regresso a Portugal de um militante de grande nível intelectual e de forte personalidade política: Joaquim Pires Jorge, que vive em Moscovo desde 1934 e tem larga audiência nos meios comunistas soviéticos».

De uma Nota da secção de Informação e Propaganda do PCP a respeito deste achado, transcrevemos:

«Joaquim Pires Jorge, membro do PCP desde 1934 e membro do seu Comité Central desde 1943, nunca viveu em Moscovo e não pode regressar a Portugal pela simples razão de em Portugal se encontrar no seu posto de combate, tal como durante a longa noite fascista. Foi preso pela PIDE em 1932, em 1936, em 1942 e em 1961, tendo-se evadido 2 vezes e passado cerca de 16 anos nas cadeias fascistas, donde saíu a última vez em 1971. Aquando da sua última prisão, lutava nas difíceis condições da clandestinidade há 19 anos seguidos. No VII Congresso do PCP, em Outubro de 1974, foi Joaquim Pires Jorge que fez a alocução de abertura.»

Entre as milhentas dificuldades que os rastejadores do «Tempo» têm vencido no seu «sentido de busca», «de perseguição da notícia», há uma que não conseguem de facto vencer: a clareza da verdade.

«SEM A INICIATIVA E A LUTA DOS TRABALHADORES A REFORMA AGRÁRIA NÃO PODERÁ SER REALIZADA»

«Não há forças na terra capazes de parar a luta dos trabalhadores até à vitória definitiva e à realização completa da reforma agrária» — afirmou o camarada Álvaro Cunhal no grande comício realizado no domingo na Cooperativa Agrícola de Casebres

Camaradas:

Permiti que comece por agradecer o convite que me fizeram e a possibilidade e a imensa alegria que me deram de poder estar aqui convosco na Cooperativa Agrícola de Casebres nesta grande festa de convívio e solidariedade.

Aos trabalhadores da Coopérativa e suas famílias transmito os votos de sucesso, de saúde e de felicidade e as calorosas saudações do Comité Central do Partido Comunista Português.

Não sei se aqui estão trabalhadores de todas as Cooperativas e Herdades Colectivas do distrito. Se estão, peço-lhes que levem também os votos de sucesso, de saúde e felicidade e as saudações calorosas do Comité Central do Partido, à Estrela Vermelha, à União Colectiva de Morgável, à Cooperativa Agrícola Vila Morena, à Herdade Colectiva de Monte Novo na Aldeia dos Matos, à Herdade Colectiva de Gâmbia, à Cooperativa do Zambujal, à Herdade Estatal de Padrões, à propriedade colectiva de Ermidas Aldeia, à Cooperativa de S. Domingos, à Cooperativa Unidade, à Cooperativa de Montenovo de Palma, à Cooperativa de Cravos Vermelhos de Barracão, à Cooperativa de Alberges, à Cooperativa de Santa Suzana e a outras que por esquecimento não tenha citado.

Todas estas cooperativas e herdades marcam gloriosos passos no arranque da reforma agrária no distrito de Setúbal. Apesar das dificuldades que defrontam, elas constituem os alicerces da agricultura socialista do Portugal de amanhã.

Com os trabalhadores e pequenos e médios agricultores do distrito de Setúbal estão os trabalhadores e pequenos e médios agricultores de todo o Alentejo e Ribatejo (que dão também passos firmes para a realização da reforma agrária) estão todos os trabalhadores dos campos de Portugal, está a classe operária das cidades, estão as forças revolucionárias portuguesas.

Esta grande concentração de hoje aqui na Cooperativa Agrícola de Casebres é bem um exemplo e um símbolo da solidariedade dos trabalhadores na grande batalha pela reforma agrária, pela construção do novo Portugal democrático a caminho do socialismo.

A situação é muito complicada. Como se sabe, o Partido Comunista Português apoiou os esforços do almirante Pinheiro de Azevedo para formar o novo governo, porque, se falhassem esses esforços teríamos quase certamente um governo abertamente da direita. Mas o PCP esteve em completo desacordo com a entrada no governo de membros do PPD e com número excessivo de socialistas. É necessário que o povo trabalhador esteja permanentemente vigilante em relação à actividade desses dois partidos.

Entretanto, o programa anunciado pelo novo Primeiro Ministro estabelece que serão defendidas as conquistas da revolução e se prosseguirá a realização da reforma agrária. Os trabalhadores não permitirão que estes objectivos sejam postos em causa.

Participarão no governo membros do PCP, embora não sendo em representação oficial do Partido. Os trabalhadores poderão estar absolutamente certos de que os comunistas estarão no governo, não para pactuar com a social democracia, mas para defender no governo, tal como defendem na fábrica e nos campos, o interesse do povo trabalhador, os interesses da revolução.

A reforma agrária é irreversível

As forças da reacção interna e externa, defendendo as fortunas e os privilégios dos grandes capitalistas e latifundiários, procuram entravar o curso da revolução portuguesa. Procuram anular as grandes vitórias revolucionárias alcançadas pelos trabalhadores desde o 25 de Abril, e entre essas vitórias a reforma agrária.

Aproveitando a crise político-militar que se tem atravessado, os agrários lançam uma feroz ofensiva contra os trabalhadores.

Nessa ofensiva utilizam todos os meios. Por um lado utilizam a demagogia. Criam com encarregados e protegidos falsas comissões de trabalhadores e falsas cooperativas. Arrendam apressadamente as áreas mais ricas das herdades que prevêm que sejam expropriadas para lançarem os rendeiros contra os trabalhadores. Criam formas de uma falsa co-gestão como sucede na Comporta. Caluniam, mentem, acusam os comunistas de autores de incêndios que eles próprios lançam. Procuram atirar trabalhadores contra trabalhadores e chamar a si pequenos e médios proprietários, rendeiros e seareiros, dizendo que vão ser atacados pelos assalariados que lhes roubarão as terras...

Por outro lado, contestam as ocupações e as expropriações. Organizam bandos de mercenários armados, fazem ameaças e praticam violências. Violando o disposto na lei, desviam os gados (sem guias) para Espanha ou para venda ilegal. Fazem a sabotagem económica. Dividem à pressa grandes propriedades por filhos e afilhados. Não pagam salários. Diminuem os trabalhos agrícolas. Procuram paralizar a produção e o mercado e provocar o caos na agricultura. O arrojo já vai ao ponto de mandar grupos de mercenários armados roubar o gado das cooperativas como sucedeu na Herdade de Cujancas no distrito de Portalegre.

As autoridades têm o dever de pôr termo às actividades contra-revolucionárias, metendo na ordem os arruaceiros e provocadores fascistas. As cadeias têm tido lá dentro muito desgraçado que vai lá parar por pequenos roubos e pequenas desordens e que não praticou nem um centéssimo dos crimes que cada dia estão praticando os agrários. Não se pode deixar andar criminosos à solta, só porque têm grandes propriedades e palácios e se habituaram a ser os senhores todo poderosos dos campos portugueses.

Pela sua parte, os trabalhadores não podem ficar e não ficam a assistir passivamente às provocações e violências. Têm de dar e estão directamente dando a devida resposta, com a poderosa força das massas populares.

Daqui felicitamos calorosamente os trabalhadores da Herdade de Cujancas e outros trabalhadores que correram em ajuda dos seus camaradas, por terem obrigado os bandos fascistas armados a restituir o gado roubado. Daqui saudamos todos aqueles que corajosamente têm dispersado e castigado os bandos de agrários e provocadores fascistas.

Os agrários e todas as forças reaccionárias lutam e lutarão para impedir a realização da reforma agrária. Podeis estar certos de que recorrerão a todos os meios, sem quaisquer escrúpulos.

Mas eles podem também estar certos de que perderão a batalha. E perderão a batalha porque os trabalhadores rurais, tendo à sua frente a vanguarda revolucionária da classe operária, — o Partido Comunista Português — não lhes darão tréguas e lutarão, dando a vida se necessário, em defesa das conquistas da revolução, em defesa das suas cooperativas e herdades colectivas, em defesa da reforma agrária.

Nas terras ontem incultas, desprezadas, abandonadas pelos grandes agrários, estão já surgindo novas culturas e explorações de gado.

Os inimigos da reforma agrária acusam os trabalhadores de estarem reduzindo a produção agrícola. A verdade é precisamente o contrário. Que se passa por exemplo aqui na Cooperativa em que nos encontramos?

As 7 herdades que hoje constituem a Cooperativa Agrícola de Casebres estavam totalmente ou parcialmente incultas. Que fizeram os trabalhadores? Os trabalhadores prepararam 32 hectares de tomate, 21 de arroz e melão, 27 de milho e feijão. Prepararam forragem. E, estudando a forma de subirem a produção, consideram poder aumentar em quase 100 ha a área de regadio. (22 ha em Garguleira de Baixo, 15 ha em Pedrês, 60 ha na Herdade da Junceira).

Os trabalhadores estão fazendo o que os agrários nunca fizeram. Cultivando a sério as terras expropriadas e lançando planos de aproveitamento e desenvolvimento. Se houver ajuda e apoio, as cooperativas e herdades colectivas formadas nas terras ocupadas e expropriadas tornar-se-ão explorações agrícolas florescentes, com altos rendimentos, assegurando o pão e uma vida desafogada aqueles que nelas trabalham e dando ao país produtos agrícolas, que hoje se têm de importar pelo preço de milhões de contos.

Há forças conservadoras e reaccionárias que pretendem que muitas das terras ocupadas sejam restituídas aos agrários. É isso o que defende o PPD e outros. Que tirem daí a ideia.

A reforma agrária não pode voltar e não voltará atrás. Os latifúndios serão completamente liquidados. A terra dos latifúndios abrangida pela reforma agrária (até ao último metro quadrado de terra) será entregue a quem trabalha.

A reforma agrária e os pequenos e médios agricultores

A liquidação dos latifúndios não interessa apenas aos trabalhadores rurais. Interessa também aos pequenos e médios agricultores, proprietários, rendeiros, seareiros.

Os pequenos e médios agricultores são aliados e não inimigos do proletariado rural, dos trabalhadores rurais.

A luta pela reforma agrária dirige-se contra os grandes proprietários, contra os grandes agrários e não contra os pequenos e médios agricultores.

Este é um princípio fundamental da reforma agrária. Devem combater-se firmemente as ideias que possam aparecer no sentido de atacar, não só os grandes proprietários, mas também os pequenos e médios agricultores.

Tais ideias podem atirar os pequenos e médios agricultores para os braços dos grandes agrários, contra os trabalhadores rurais, podem tornar os pequenos e médios agricultores aliados dos grandes agrários na sua luta contra os trabalhadores rurais e contra a reforma agrária.

Os agrários compreendem isto perfeitamente e por isso usam todos os meios para atrairem os pequenos e médios proprietários, rendeiros e seareiros, e voltarem-nos contra os trabalhadores.

A aliança do proletariado com o campesinato é a base essencial da ampla aliança de forças sociais e políticas interessadas na revolução. Nada deve ser feito que possa prejudicar essa aliança. Ao contrário. Tudo deve ser feito para consolidá-la.

É um dever do proletariado revolucionário, dos trabalhadores rurais, lutar não apenas pela solução dos seus problemas, mas também pela solução dos problemas dos pequenos e médios agricultores.

Na liquidação dos latifúndios e na realização da reforma agrária, uma atenção particular deve ser dada para que as ocupações de terras e a formação de herdades colectivas e cooperativas não vá á atingir as explorações dos pequenos e médios agricultores, a não ser que estes voluntariamente queiram participar na criação das novas explorações.

Os inimigos da reforma agrária fazem grande barulho com aquilo que dizem ser ocupações de pequenas e médias explorações. É certo que por vezes os exemplos que dão nada provam da acusação.

Assim, alguém fez grande escarceu porque em Beja foram ocupadas várias herdades com menos de 500 hectares, como a Herdade Galiana, com 320 ha, a Herdade da Coelheira também com 320 ha, o Monte de Arcos com 60 ha, a Herdade do almo com 30 hectares.

À primeira vista parece tinha razão o reparo, embora se não tratasse de pequenas explorações. Mas vistas as coisas mais de perto, o que se verifica? Que todas essas herdades pertenciam a uma mesmíssima pessoa, Maria Matilde Paiva Raposo e que esta pessoa tinha ainda outras herdades entra as quais a Herdade do Sobrado com 626 hectares.

Vê-se que em tais casos não existem razões para chorar os expropriados.

Deve ver-se com atenção se, sim ou não, há casos em que as ocupações das terras pelos trabalhadores rurais não tiveram em conta as explorações dos pequenos e médios rendeiros.

Há que ver se foram cometidos erros a este respeito.

Pelo que conhecemos, apesar de serem excepção, há casos em que pequenas e médias explorações não foram respeitadas. Isso não é o bom caminho para a realização da reforma agrária. Se houve casos desses, é necessário não só não os repetir, como rectificá-los.

O pequeno produtor é atraído à reforma agrária, às transformações da agricultura rumo ao socialismo, pelo exemplo, pelo convencimento, pelas vantagens que ele próprio vê na criação de herdades colectivas e cooperativas. A ameaça e a coacção nunca devem ser utilizadas.

Não é de aceitar por exemplo que sejam colocados um tanto à força trabalhadores em pequenas e médias herdades, de agricultores que não têm grandes recursos. Nos projectos da criação das herdades colectivas ao longo do Val do Sado, em áreas de regadio, não é de aceitar que se encare a expulsão de pequenos e médios agricultores.

Nós estamos no princípio da reforma agrária e é agora que se têm de corrigir erros que se cometam na orientação e na actividade prática.

Os pequenos proprietários, seareiros e rendeiros assim como os alugadores de máquinas, podem e devem ser atraídos à formação de cooperativas. Mas nunca pela pressão e muito menos pela força. Devem vir de livre vontade, por decisão completamente livre.

Se os pequenos rendeiros não querem entrar em cooperativas e querem conservar individualmente as terras que trazem de renda (e parece que isso se passa em vários lados, como por exemplo em Santa Catarina) há que ter paciência, não expulsar apressadamente os pequenos rendeiros que em muitos casos não têm outro ganha-pão, estudar com eles, em comum, a solução do problema.

A coordenação da actividade dos Sindicatos e das Ligas é essencial para resolver quaisquer dificuldades a este respeito.

Trabalhadores rurais e pequenos proprietários, rendeiros e seareiros devem unir-se fraternalmente na luta contra os agrários, na luta pela liquidação dos latifúndios, da luta pela reforma agrária.

Estamos certos de que esta aliança será reforçada na própria realização da reforma agrária, que corresponderá aos interesses, às aspirações e aos objectivos tanto dos trabalhadores rurais como dos pequenos e médios agricultores.

Dificuldades e medidas urgentes

Apesar de que a reacção está muito activa; apesar de que partidos com fortes posições no governo apoiam os agrários; apesar de que vemos uma manifestação do PS em Portalegre pedindo a demissão do governador civil tal qual como dias antes haviam feito os agrários fascistas – temos plena confiança na realização da reforma agrária. A reacção será vencida, os agrários serão derrotados e continuaremos vitoriosamente a construção do novo Portugal democrático a caminho do socialismo.

Não será uma batalha fácil e todos vós, trabalhadores das cooperativas e herdades colectivas, sabeis bem as grandes dificuldades que defrontais, não apenas para o desenvolvimento mas para a sobrevivência das novas explorações agrícolas.

Há cooperativas e herdades colectivas onde se passam semanas inteiras e mesmo n eses sem que os trabalhadores recebam um tostão de sal rio. Vive-se com grandes privações. Em alguns casos fala-se de fome. Há trabalhos agrícolas atrasados por falta de recursos e o perigo duma diminuição da produção no próximo ano.

Os bancos nacionalizados não abrem créditos, apesar de que os continuam a ceder aos grandes agrários, que os pedem a pretexto das necessidades para os trabalhos agrícolas, mas que logo esbanjam em carros de luxo, em pandegas ou no pagamento, não a trabalhadores a quem devem milhares de contos e aos quais devem ser obrigados a pagar, mas a mercen rios armados a quem mandam fazer provacações, roubar gado ou praticar violências e atentados. O dinheiro da banca nacionalizada não pode ser dado para estes criminosos fins.

É também grande a dificuldade de colocação dos produtos, das cooperativas e herdades colectivas assim como dos pequenos e médios agricultores, que dependem inteiramente dos intermediários, tanto para os produtos agrícolas como para os produtos pecu rios, apesar da lei da Junta sobre a comercialização do gado. As grandes iniciativas de cultura hortícula correm o risco de se perderem, se não se resolver rapidamente a questão da recolha, do transporte e do mercado.

Os trabalhadores podem resolver e estão a resolver muita coisa. Mas, por si só, não podem resolver tudo. Para que a reforma agrária possa prosseguir com êxito é indispensável que o governo tome medidas e as tome sem perda de tempo.

É necessário conceder rapidamente créditos s cooperativas e herdades colectivas formadas ou em formação. Pelo menos o crédito agrícola, antes cedido aos agrários, deve ser agora cedido às cooperativas e herdades colectivas formadas nas terras que lhes pertenciam, assim como aos pequenos e médios agricultores. Ao n esmo tempo deve rapidamente ser posto fim aos entraves à concessão de créditos que surgem em certas comissões liquidatárias de grémios e departamentos de certos bancos que mais parecem agências dos grandes agrários e seus amigalhaços do que do estado democrático criado com o 25 de Abril.

É necessário que sejam dadas facilidades para aquisição ou para a requisição e uso de máquinas, encarando-se a criação de parques de n áquinas para uso de um conjunto de cooperativas e herdades colectivas.

É necessário que sejam dadas facilidades para aquisição de sementes, adubos, rações para gado e gasóleo.

É necessário mobilizar recursos materiais e humanos para que sejam estudadas no mais curto prazo as questões relativas ao mercado e ao aparelho comercial para escoamento da produção agrícola e pecuária das cooperativas e herdades colectivas assim como para a compra por estas de adubos, máquinas, rações e outras mercadorias indispensáveis às actividades agrícolas.

Nesta fase de reestruturação é indispensável apoio técnico eficiente, através de um melhor trabalho dos Centros da Reforma Agrária e de uma assistência regular de especialistas que, nas grandes lutas sociais e políticas, estejam, sem quaisquer dúvidas, contra os agr rios e ao lado dos trabalhadores e da revolução.

As estruturas do Estado que tratam dos problemas da reforma agrária, têm de ser reorganizadas de forma a melhorar a eficiência dos serviços e a dedicação dos funcionários à causa da Revolução.

Nas decisões de alguns funcionários há muito favoritismo político que é necessário rapidamente eliminar. Não é de admitir que continuem acontecendo casos como o de um tal engenheiro Borba, que tendo sido dono da Herdade da Gâmbia é agora da Brigada Técnica do IRA, lugar de que segundo nos informa se serviria para prejudicar os interesses da cooperativa estabelecida nas terras que foram suas.

É ainda necessário aliviar imediatamente as cooperativas e herdades colectivas de encargos financeiros que, de momento pelo menos, são incompatíveis. Não se compreende que, nestes difíceis primeiros passos da reforma, as cooperativas e herdades colectivas, que se debatem com a completa falta de recursos financeiros, descontem para a previdência, não apenas os 6,5% que dantes descontavam os trabalhadores, mas também os 17% que descontavam as entidades patronais. Se não erro, a Cooperativa de Casebres por exemplo, paga 150 contos para a Caixa. Não está em condições de fazê-lo e é urgente uma solução para este problema.

Todos estes problemas devem ser resolvidos e resolvidos o mais rapidamente possível. O novo governo anunciou uma plataforma em que se diz que serão defendidas as conquistas da revolução e que se prosseguirá a reforma agrária. Há pois que exigir do governo que cumpra nos actos o que declara em palavras.

Os trabalhadores querem que lhes sejam dadas rapidamente respostas. Querem créditos, querem apoio técnico, querem máquinas, querem sementes e adubos, querem a melhoria radical da comercialização dos seus produtos. Não é de promessas nem de decretos que os trabalhadores necessitam. O que é necessário são actos. Os inimigos da reforma agrária e da revolução, estejam eles onde estiverem, podem estar absolutamente certos de que os trabalhadorres rurais e os pequenos e médios agricultores e com eles o Partido Comunista não lhes darão tréguas. Os trabalhadores estão firmemente decididos a lutar e levarão por diante a reforma agrária até à sua completa realização.

Organização, unidade, luta sem tréguas

O governo e as autoridades têm de tomar medidas urgentes que respondam às reclamações dos trabalhadores. Deve porém ter-se a clara ideia de que, para que tomem tais medidas, será necessário uma constante, firme e corajosa luta das massas trabalhadoras.

Sem a iniciativa e a luta dos trabalhadores a reforma agrária não poderá ser realizada com êxito, da mesma forma que nem sequer teria começado se não fosse essa iniciativa e essa luta.

Alguns senhores dizem estar de acordo com a reforma agrária, mas não estão de acordo em que os trabalhadores, sem esperarem decisões das autoridades, tenham ocupado as terras.

A verdade é que, se os trabalhadores rurais não se tivessem lançado corajosamente à ocupação das terras, a reforma agrária estaria ainda por começar.

Esses senhores insistem em que as ocupações só deveriam ter lugar depois de muito bem feito nos ministérios o plano da reforma agrária, depois de terem os técnicos estudado todos os aspectos do problema, depois de terem decidido tudo nas repartições e de marcarem com rigor as terras ocupadas, o número de trabalhadores a fixar, as datas para começar e para acabar. Até que o governo e as autoridades tomassem tais decisões, os trabalhadores deveriam ter ficado quietos, de braços cruzados, esperando que a reforma agrária caísse do céu ou do Terreiro do Paço.

Tais planos seriam talvez muito perfeitos. Mas uma coisa é certa. Nem do céu, nem do Terreiro do Paço a reforma agrária caíria. Se os trabalhadores tivessem ficado à espera, se não tivessem imposto a sua vontade, se não tivessem ocupado as terras por sua iniciativa, se não tivessem lutado contra os agrários, contra a resistência de autoridades, contra as ameaças, ainda hoje não haveria um só metro quadrado de terra entregue aos trabalhadores e, pelo andar da carruagem, estes poderiam esperar 10 anos ou um século pela reforma agrária que esta não mais chegaria.

Nós não queremos uma acção desordenada e anárquica que acabaria por conduzir ao fracasso as medidas da reforma agrária. Defendemos a planificação, o estudo, a decisão responsável. Temos defendido a necessidade de uma estreita cooperação dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas e das ligas dos pequenos e médios agricultores, com o IRA e os organismos do Estado. Numa grande parte, as ocupações foram feitas de acordo com os serviços e com as forças armadas. Queremos evitar graves erros na reestruturação da agricultura. Mas tudo isso não impede, antes exige a iniciativa e a acção revolucionária das massas trabalhadoras.

A Reforma Agrária é revolução. Revolução não a fazem os aparelhos burocráticos, mas as massas trabalhadoas com a sua vanguarda.

Sem dúvida que foram e são da maior importância para o avanço da reforma agrária, decisões do MFA e do governo, a acção e o apoio de revolucionários do aparelho do Estado, a cooperação fraternal dos técnicos e de oficiais, sargentos e soldados progressistas que têm sabido lutar dedicada e esforçadamente ao lado do povo trabalhador, como seus filhos que são e que por isso são apoiados e acarinhados pelos próprios trabalhadores.

Sem dúvida que a iniciativa das massas é inseparável da luta abnegada dos militantes que ao longo dos anos, nas condições mais difíceis, lutaram por esse objectivo, que regaram com o seu suor e o seu sangue a terra dos latifúndios para que chegasse o dia da reforma agrária, que depois do 25 de Abril, opondo-se às forças reaccionárias, conservadoras e hesitantes insistiram sempre e sempre, junto com as massas trabalhadoras, para que a terra fosse entregue a quem a trabalha.

E estareis certamente de acordo que, por amor da verdade e dever de justiça e não por sectarismo partidário, refira e sublinhe também, ao falar da reforma agrária, o papel determinante da vanguarda revolucionária da classe operária – o Partido Comunista Português.

A acção da vanguarda revolucionária é da mais alta importância. Mas essa importância reside em grande parte no facto de que a vanguarda revolucionária se mostra capaz de orientar, organizar e mobilizar as massas trabalhadoras. Ao fim e ao cabo, são as massas trabalhadoras que decidem da sorte da revolução, são elas que fazem a história.

A batalha pela realização da reforma agrária vai continuar numa nova fase e numa nova situação.

A luta pela defesa das conquistas da revolução exigirá grandes e duras batalhas.

Agora, precisamente agora, temos de impedir que sejam postas em causa as conquistas da revolução.

Agora, precisamente agora, temos de assegurar o caminho para a liquidação definitiva dos latifúndios, para a transformação da agricultura em direcção ao socialismo.

Agora, precisamente agora, temos de assegurar o caminho para a liquidação da exploração do homem pelo homem numa vasta extensão de mais de 1 milhão de hectares, que ainda há pouco eram coutadas dos ricos, e terra do desemprego, da fome, do desespero das massas trabalhadoras.

É indispensável que ante as dificuldades, as horas amargas, as desilusões, os trabalhadores nunca se deixem desanimar.

É indispensável reforçar a organização e actividade dos grandes e já gloriosos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e das Ligas de Pequenos e Médios agricultores.

É indispensável que os trabalhadores mantenham e reforcem a sua unidade – raiz da sua força e capacidade revolucionárias. É indispensável que, havendo diferenças de opinião sobre as ocupações de terras ou outro qualquer assunto, não deixem avinagrar as relações e nascer conflitos entre trabalhadores e que procurem discutir fraternalmente e encontrar soluções em que todos estejam de acordo.

O inimigo é o agrário e contra ele se devem unir e concentrar todas as forças.

É indispensável reforçar a solidariedade e a interajuda, entre as cooperativas e herdades colectivas, entre os trabalhadores rurais e os operários das industrias agrícolas, entre os trabalhadores rurais, o proletariado industrial e os trabalhadores da cidade, – todos irmãos de classe e irmãos no combate pela libertação da exploração capitalista.

É indispensável estimular o entusiasmo e o apoio da juventude trabalhadora e estudantil à reforma agrária, mostrada com evidência nas brigadas de trabalho voluntário e de ajuda às cooperativas e herdades colectivas.

O glorioso proletariado rural do sul está a pé, mobilizado para a luta.

A paralização geral dos trabalhadores alentejanos e as grandiosas manifestações de Beja, Évora e Portalegre no dia 17, assim como as constantes acções contra as provocações dos agrários fascistas em defesa do processo revolucionário, em defesa das conquistas da revolução, constituiram uma demonstração exaltante da elevada consciência de classe, da energia combativa, do grau de organização, da sólida e da indistrutível unidade, da firme e inabalável disposição para o combate dos trabalhadores rurais do Alentejo, das massas trabalhadoras do sul.

Não há forças na terra capazes de parar a luta dos trabalhadores até à vitória definitiva e à realização completa da reforma agrária.

Nem a reacção, nem a social democracia e seus protectores estrangeiros, conseguirão cortar o passo à revolução portuguesa, a caminho do radioso futuro do socialismo, da sociedade onde não mais haverá agrários e outros parasitas exploradores, onde será abolida para sempre a exploração do homem pelo homem.

Viva o glorioso proletariado rural do sul!

Viva a unidade combativa de todos os trabalhadores!

Viva a aliança dos trabalhadores rurais com os pequenos e médios agricultores na luta pela reforma agrária!

Viva a aliança do Povo com o MFA, movimento progressista e vanguarda das forças armadas!

Viva Portugal democrático a caminho do socialismo!

Viva o Partido Comunista Português!

A ALEGRIA DOS PRIMEIROS PASSOS

A festa-comício na Cooperativa Agrícola de Casebres reuniu ali a solidariedade de milhares de trabalhadores agrícolas e operários de todo o distrito

Em Casebres, pequena povoação próximo de Alcácer do Sal, a terra é para quem a trabalha. Presentemente, os trabalhadores agrícolas daquela região vivem as primeiras experiências de um trabalho cooperativo cujos benefícios se adivinham já. O seu trabalho e a sua luta conseguiram acabar com a exploração dos grandes agrários que, durante dezenas de anos, apenas utilizavam as terras para a caça, pouco se importando com o desemprego.

No domingo passado uma festa-comício em que esteve presente o secretário-geral do Partido Comunista Português, o camarada Álvaro Cunhal, comemorou mais um avanço da luta dos camponeses pela Reforma Agrária.

Vindos de todos os pontos do distrito de Setúbal, em excursões organizadas para o efeito, milhares de trabalhadores agrícolas e operários confraternizaram durante todo o domingo. No monte da Azenha Pintada, onde se realizou a concentração, o ambiente era de festa.

Logo de manhã começaram a chegar à Cooperativa camionetas, tractores com atrelados e automóveis que transportavam todos os que vindos dos diferentes concelhos do distrito de Setúbal, participaram na festa-comício da Cooperativa Agrícola de Casebres.

Desdobravam-se os farnéis debaixo dos sobreiros, escolhia-se uma sombra fresca para guardar o garrafão de vinho, as pessoas ofereciam aos desconhecidos o que tinham. A confraternização era completa.

Depois do «pic-nic» seguiu-se uma sessão de canto livre em que participaram cantores populares, grupos corais e uma banda de música.

À tarde realizou-se o comício em que usaram da palavra António Maravilhas, membro do Comité Local de Casebres, Manuel Afilhado, membro da Comissão Concelhia de Alcácer do Sal, Carlos Domingos, membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal do nosso Partido e o camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso transcrevemos noutro local.

Depois de António Maravilhas ter salientado que os trabalhadores têm hoje a sua cooperativa à custa da sua luta e do seu suor falou o camarada Manuel Afilhado que recordou o apoio que os grandes latifundiários da região recebem da parte dos partidos ditos democráticos, afirmando ao terminar:

«Hoje mais do que nunca é necessário exigir do novo Governo a nacionalização dos grandes latifúndios, a defesa das conquistas da Revolução, sobretudo as nacionalizações e o avanço da Reforma Agrária. É necessário ajudar os camponeses dando-lhes créditos, é preciso mais dinheiro, menos papéis e menos conversa.»

Falou a seguir o camarada Carlos Domingos que destacou a importância fundamental da unidade dos trabalhadores na luta pelos seus interesses. Referindo-se depois à actividade sindical dos trabalhadores agrícolas desmascarou as manobras que os adversários das classes trabalhadoras pretendem levar a cabo para dividirem a classe e acrescentou:

«Os sindicatos devem ser dos trabalhadores, defender os interesses dos trabalhadores e serem dirigidos pelos próprios trabalhadores.»

«É por isso que nós defendemos que o sindicato dos Trabalhadores Agrícolas deve ser dirigido pelos próprios trabalhadores agrícolas através da sua direcção eleita e não pelos seus empregados administrativos, como até agora tem acontecido.»

«É por isso que nós defendemos a eleição de uma direcção unitária, disposta a não permitir que sejam pessoas estranhas à classe a mandar no Sindicato.»

Frisou por último que o Partido Comunista Português apoiava a lista unitária candidata às eleições para o Sindicato, sendo falso que ela fosse uma lista do Partido pois muitos dos seus elementos nem sequer eram filiados no PCP.

O comício terminou com a importante intervenção do camarada Álvaro Cunhal a que neste número damos o devido destaque. Os trabalhadores agrícolas de Casebres, e de outras localidades, bem como os operários ali presentes viveram mais uma jornada na luta pela consolidação da Reforma Agrária, luta que hoje se torna mais importante na medida em que é preciso consolidar e avançar nas conquistas já alcançadas e que certos partidos ditos democráticos pretendem destruir.

«MOUCHÃO DO INGLÊS»: UM EXEMPLO

Tomando o processo revolucionário em suas mãos, operários e camponeses tornam a Reforma Agrária uma realidade indestrutível. A cooperativa agrícola do Mouchão do Inglês é apenas um exemplo da luta dos que trabalham a terra pela sua posse

«Nós, no Mouchão, vivemos uma experiência que nunca tivémos possibilidade de viver na nossa vida. O trabalho é igual ao que fazíamos antes, com a diferença de que o fazemos com muito mais gosto, porque antes trabalhávamos para os capitalistas, para os agrários, e agora trabalhamos para nós, trabalhamos para o nosso povo». Estas palavras simples de uma camponesa de Alpiarça resumem com toda a evidência, uma das mais importantes e decisivas conquistas dos trabalhadores desde o 25 de Abril: a Reforma Agrária. Produto de anos e anos de dura luta, durante os quais os vastos campos do nosso País foram regados com o sangue e o suor dos camponeses e dos operários agrícolas, a Reforma Agrária aí está, conduzida pelas mãos firmes da classe operária e dos camponeses. A Cooperativa Agrícola do Mouchão do Inglês é apenas um exemplo daquilo que hoje já começa a ser uma realidade: a terra a quem a trabalha.

O «Mouchão do Inglês» tornou-se uma cooperativa agrícola em Março deste ano. Situado em Alpiarça, *os seus 367 hectares fornecem o pão de 30 famílias trabalhadoras e de mais de uma centena de* camponeses. Trabalham actualmente no Mouchão do Inglês cerca de 280 trabalhadores, homens e mulheres, que este ano, produziram 50 ha de milho, 100 de tomate, 17 de aveia, 20 de feijão, além de melão, melancia, batata e outros produtos hortícolas em quantidades consideráveis. Ao todo, a área de produção ultrapassou os duzentos hectares, destinando-se os restantes a pastagens; o Mouchão do Inglês tem, igualmente, 140 vacas e acabou de adquirir, a cooperativas agrícolas do Norte, 50 vitelas leiteiras. A este propósito Álvaro Brasileiro,destacado camponês e democrata de Alpiarça, membro da Comissão da cooperativa, revela-nos alguns planos:

«Pensamos fazer aqui uma vacaria, que possa vir a abastecer Alpiarça de leite. Aqui, ou noutra propriedade que pensamos tomar brevemente».

EVITAR OS DESPEDIMENTOS CRIAR MAIS POSTOS DE TRABALHO

Pensada inicialmente para 30 famílias, o «Mouchão do Inglês» tem neste momento o seu número máximo de trabalhadores desde a criação da cooperativa. Álvaro Brasileiro relata ao «Avante!» os problemas que tal situação acarreta: «O número de trabalhadores vai diminuir na medida em que o tomate vai começar a escassear. Portanto, é muito natural, embora isso nos vá custar bastante, termos que depedir o pessoal. Mas uma vez que a nossa preocupação é evitar os despedimentos de pessoal, estamos já a tentar tomar uma outra propriedade para arranjarmos mais postos de trabalho».

E Álvaro Brasileiro prossegue: «Quando entrámos para o Mouchão a nossa finalidade foi garantir trabalho pelo menos às 30 famílias. Mas desde logo antevemos que a reacção iria atacar a nossa iniciativa, procurando atirar a massa de desempregados contra a cooperativa do Mouchão. E isso aconteceu. Os reaccionários diziam para os desempregados: «*Então porque é que vocês não vão para o Mouchão? O Mouchão é dos trabalhadores e, portanto, vocês também têm direitos àquilo!*». Alguns trabalhadores despolitizados ainda se deixaram levar por estas provocações, embora nunca tivessem ousado tomar qualquer atitude contra a cooperativa.»

«No entanto – prossegue Álvaro Brasileiro – fizémos um planeamento de culturas de modo a que pudéssemos aqui aguentar até ao máximo o maior número de desempregados até à formação de mais cooperativas.»

Acerca do problema das remunerações aos cooperadores e trabalhadores da cooperativa, Álvaro Brasileiro explica: «O esquema de pagamentos é consoante o contrato colectivo de trabalho dos trabalhadores agrícolas da zona. O contrato estipula 200$00 para os homens e 150$00 para as mulheres. Estes ordenados, nas campanhas do tomate, do arroz e na vindima são acrescidos com mais 20$00. Nós aqui no Mouchão e embora esta solução possa ser menos correcta temos os ordenados todos iguais, não há distinção entre homens e mulheres, entre um tractorista e um empregado de escritório. No final da campanha vamos apreciar os resultados e compará-los com outras experiências, para ver se esta nossa solução é de facto a mais correcta ou não.

CONSTRUIR UM PAÍS VERDADEIRAMENTE SOCIALISTA

Maria Gabriela, cooperadora do «Mouchão do Inglês», é peremptória ao afirmar: «Nós, as mulheres de Alpiarça, estamos interessadas em fazer do nosso País um país verdadeiramente socialista, no qual os nossos filhos vivam melhor do que nós vivemos. Por isso, as mulheres de Alpiarça devem apoiar o Mouchão e outras lutas dos trabalhadores semelhantes a estas e se não formos nós, os trabalhadores, a cuidar dos nossos interesses, ninguém mais o fará e o nosso País não progredirá».

Maria Gabriela está na cooperativa desde Março. Mas antes, o que fazia? Qual era o seu sustento? «Trabalhava no campo mas nem sempre tinha trabalho. O que nos safava era a seara. Mas quando vínhamos da seara tínhamos grande dificuldade em arranjar trabalho. Ao todo, durante o ano, ganhávamos umas cinco ou seis semanas.»

Sobre o apoio do povo de Alpiarça à cooperativa, Maria Gabriela afirma: «A grande maioria dos trabalhadores de Alpiarça apoiam a nossa experiência, mas ainda há alguns camaradas um bocado hesitantes. Mas não são culpados, porque ainda não se encontram verdadeiramente esclarecidos».

Esclarecer o povo trabalhador do nosso País acerca das lutas dos camponeses, esclarecê-los acerca dos objectivos da Reforma Agrária, é avançar na Revolução, é construir o Socialismo. O «Mouchão do Inglês» é um dos exemplos a apontar.

SOLIDARIEDADE PROLETÁRIA

Aconteceu recentemente numa Herdade Colectiva da freguesia de Baleizão. Cerca de duzentos trabalhadores anónimos, emigrantes em férias no seu país, foram até ao Alentejo e, lado a lado com esses heróicos pioneiros da Reforma Agrária, ajudaram a apanhar 20 ha de grão.

Sem grandes alardes, com a simplicidade dos grandes gestos, este é um exemplo que floresce um pouco por toda a parte, unindo na luta comum operários e camponeses, proletários conscientes da sua responsabilidade de vanguarda.

Mais fortes que a fúria destruidora dos reaccionários e fascistas que queimam e saqueiam os centros de trabalho do PCP, a iniciativa criadora e o devotamento dos comunistas apoiados pelas massas populares dão a resposta adequada a essas cobardes agressões contra a liberdade do povo, erguendo novos centros, novos locais de reunião e trabalho.

Como aconteceu no passado sábado, no Bairreiro, onde milhares de pessoas assistiram à inauguração do novo Centro Concelhio, realizada num ambiente de entusiasmo e alegria.

Num gesto de solidariedade combativa, os camaradas que iam inaugurar o seu centro de trabalho sairam para a rua logo de manhã recolhendo fundos para auxiliar os centros do Partido destruídos pelos bandos reaccionários no Norte do País. Os frutos conseguidos – quinze mil escudos – mostram bem o apoio popular dado ao nosso Partido pela combativa população trabalhadora do Barreiro.

À tarde, com as novas instalações completamente cheias e a rua «invadida» pelos muitos que não chegaram a poder entrar, foi feita a inauguração oficial, na qual participaram os camaradas Jaime Serra, do CC do PCP, os militantes locais César de Castro e Ava Maria, e ainda o Grupo Coral do Roxo, de Montes Velhos.

À noite, *na sala do Cinema Ferroviários, completamente cheia de vibrante público, realizou-se uma sessão festiva e de trabalho, durante a qual o camarada Jaime Serra fez o ponto da situação política.*

SOLIDARIEDADE ESTUDANTIL

A cooperativa agrícola do Mouchão do Inglês é gerida por uma comissão de trabalhadores eleitos e dela fazem parte quatro elementos de pequenos e médios agricultores, quatro elementos do Sindicato dos Operários Agrícolas, um representante do Partido Comunista, um representante do MDP/CDE e um membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal.

«Toda esta obra que construimos e que continuamos a construir tem sido feita com grande esforço – prossegue Álvaro Brasileiro. Temos sido alvo de calúnias, tentativas frustradas por parte da reacção. Mas temos avançado e até conquistamos a simpatia dos pequenos e médios agricultores, mediante auxílios que lhes prestámos, vendendo-lhes directamente a aveia a preços mais baixos e mais acessíveis do que no mercado.»

«Portanto, as pessoas que aqui estão são pessoas conscientes do seu dever na actual etapa da revolução. É muito natural que tenhamos cometido erros, mas vamos tentar corrigi-los. Começamos já a dispor de uma certa autonomia quanto a dinheiros, embora tenhamos dispendido aqui muito dinheiro. Basta dizer que temos estado a pagar nestas semanas uma média de quase trezentos contos por semana. Fizémos treze furos artesianos, comprámos cinco ou seis motores, comprámos reboques, comprámos alfaias e tudo isto já está pago.» acrescentou ainda Álvaro Brasileiro.

Esta a realidade da cooperativa do Mouchão do Inglês, onde actualmente algumas dezenas de estudantes, numa grande prova de solidariedade com o povo trabalhador ajudam às tarefas do campo, às tarefas da Reforma Agrária, às tarefas da Revolução.

DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA FAZER AVANÇAR A REVOLUÇÃO

A Reforma Agrária será defendida contra todas as manobras da reacção. Os trabalhadores das herdades colectivas estão dispostos a exigir que o Governo cumpra nos actos o que declarou em palavras

No Alentejo a reacção levanta a cabeça. Os grandes agrários recuperaram a arrogância anterior ao 25 de Abril. «Agora tudo vai mudar», afirmam nos cafés de Évora, Beja e Portalegre. «Temos gente dos nossos partidos no Governo e eles saberão pôr na ordem esta canalha». A canalha, na linguagem dos latifundiários, são os trabalhadores que iniciaram a Reforma Agrária.

Não foi evidentemente por acaso que os senhores da terra mudaram de comportamento nas últimas semanas. Sabem que contam com poderosos apoios no aparelho de Estado. Outubro é o mês das sementeiras do trigo, da cevada, da aveia, da fava e os trabalhadores das herdades colectivas não têm máquinas nem sementes, nem adubos, nem crédito. Falta-lhes tudo, excepto a firmeza revolucionária, a determinação inabalável de defender a Reforma Agrária e de levá-la avante.

Foi graças ao seu trabalho e à coragem com que enfrentaram a conspiração dos grandes agrários e todas as formas de sabotagem económica que o País colheu este verão as maiores searas dos últimos trinta anos.

Os latifundiários receberam dezenas de milhares de contos de créditos e podem vender livremente o gado. Encontram até maneira de enviar manadas para Espanha, vendê-las a baixo preço – como recordou recentemente numa entrevista o major Vitor Alves – e depositar as pesetas em bancos do país vizinho. Fazem o mesmo com os cavalos e touros de raça. Proclamam alto e bom som que não estão interessados em produzir mais. É muito esclarecedor o facto de que o conjunto de grandes proprietários de herdades não atingidas pela Reforma Agrária tenha requisitado este ano à Federação muito menos trigo de semente do que em 1974. A sabotagem continua.

OS FALSOS REVOLUCIONÁRIOS

Os trabalhadores esbarram em contrapartida com toda a espécie de dificuldades burocráticas para obterem crédito e para conseguirem vender os cereais e o gado das herdades colectivas. Em todo o Alentejo há gerentes bancários que fazem ostensivamente o jogo dos latifundiários e da contra revolução. Mas não são esses casos que os dirigentes dos partidos da burguesia apontam quando investem contra a Reforma Agrária e aludem aos seus erros, sem aliás apontarem casos concretos.

Nenhum trabalhador agrícola do Alentejo nega que haja erros e insuficiências na Reforma Agrária. O que todos rejeitam, porém, são as acusações gratuitas e os ataques insultuosos que servem de cobertura a perigosas manobras reacionárias. Os falsos revolucionários que falam de «reforma agrária consciente» e defendem a criação de cooperativas patronais não conseguem esconder os seus objectivos. São aliados dos latifundiários aqueles que gritam palavras de ordem como «os donos semeiam as terras e os bandidos roubam as colheitas». Embora tenha sido um deputado socialista quem referiu tamanha enormidade, os trabalhadores socialistas que laboram nas herdades colectivas não estão de acordo com tal afirmação. Eles sabem – como a Comissão Distrital de Portalegre do nosso Partido salientou numa nota – que os agrários não semeiam as suas terras e que bandidos e ladrões são os exploradores e não os explorados.

Os trabalhadores das herdades colectivas estão preparados para enfrentar a ofensiva que visa privá-los das suas conquistas revolucionárias. E contam nesta hora difícil com a solidariedade da esmagadora maioria do povo alentejano. Contam também com a solidariedade fraterna do operariado industrial revolucionário, consciente de que o fortalecimento da aliança operário-camponesa é fundamental para a defesa e o avanço da Revolução.

PERIGOS E DIFICULDADES

Os adversários da Reforma Agrária chegaram já à conclusão de que não será fácil fazer recuar aqueles que a estão, dia a dia, construindo. Adoptam por isso uma táctica habilidosa. Políticos sociais democratas com altas responsabilidades no sector afirmam que as herdades ocupadas continuarão a ser exploradas pelos operários agrícolas que hoje as administram. Mas fazem uma ressalva. Uma ressalva que é a porta aberta para toda a espécie de manobras contra-revolucionárias. Advertem já, em tom de ameaça, que serão revistos todos os casos relativos a ocupações que não teriam sido realizadas pelos trabalhadores, mas sim por «oportunistas». Outras personalidades também responsáveis, insinuam, embora nada entendam de problemas do campo, que na categoria dos «oportunistas» devem ser incluídos os elementos que ocuparam herdades que não estavam incluídas no quadro legal das propriedades que deveriam ser atingidas pela reforma. Se recordarmos que a reacção, no Gavião e Portalegre, em Reguengos e em Évora designa genericamente como «oportunistas» todos os operários agrícolas revolucionários e que a própria secção de Portalegre do PS define como «autênticas palhaçadas» as ocupações de terras, teremos o quadro dos perigos que ameaçam o desenvolvimento da Reforma Agrária.

O episódio de Cujancas vale por uma antecipação das lutas que os trabalhadores das herdades colectivas têm pela frente. Estão iludidos os agrários que correm a inscrever-se no PPD ou no PS na convicção de que essa atitude oportunista os ajudará a recuperar os antigos latifúndios ou impedirá a sua expulsão daqueles que ainda conservam. A batalha pela terra não terminou. A Reforma Agrária não voltará atrás! Os trabalhadores podem estar absolutamente certos de que o Partido da classe operária, o seu Partido, o PCP, estará ao seu lado, para defender, no Governo e fora dele, os interesses da Revolução. Os agrários e os seus aliados não terão a reforma agrária capitalista que desejam, uma reforma agrária de fachada feita de acordo com os modelos da «Aliança para o Progresso», de John Kennedy. Essa sim, seria uma palhaçada. As grandes vitórias alcançadas pelos operários agrícolas do Sul não serão destruídas. A Reforma Agrária prosseguirá até que toda a terra por ela abrangida seja entregue àqueles que a trabalham. Cabe aos trabalhadores revolucionários por ela beneficiados exigir – como salientou em Casebres o camarada Álvaro Cunhal – que o VI Governo cumpra nos actos o que declarou em palavras.

COUÇO: DECISÃO E ENTUSIASMO

Os trabalhadores do Couço arrancam com a realização da Reforma Agrária com uma decisão e entusiasmo que urge espalhar-se a todo o Ribatejo

Cada vez mais os operários agrícolas e os pequenos e alguns médios camponeses se afirmam como criadores conscientes do processo revolucionário. O avanço da Reforma Agrária testemunha a consciência revolucionária dos trabalhadores do campo. E testemunha-a com maior evidência na medida em que o processo da Reforma Agrária, desenvolvido pelos trabalhadores, tem encontrado pelo caminho dificuldades de toda a ordem desencadeadas pelo furor das forças contra-revolucionárias.

Onde as tradições de luta dos trabalhadores são mais fortes, onde estes temperaram a sua firmeza no movimento de resistência contra o fascismo, a Reforma Agrária avança contra todos os obstáculos. É o caso do Alentejo e é também o caso do Ribatejo, regiões com elevada taxa de assalariados agrícolas.

No Ribatejo, o processo de ocupação de terras é relativamente recente e ainda limitado geograficamente. Tal como outrora na luta contra a opressão fascista, a vanguarda da concretização da Reforma Agrária é constituída pelos trabalhadores de Alpiarça e do Couço. Nesta última freguesia, encontram-se sob gestão dos trabalhadores cerca de 46 propriedades num total de mais de 20 mil hectares. A maior parte destas propriedades foram tomadas entre 23 de Julho e 1 de Setembro. Joaquim Dimas Canejo, delegado sindical da freguesia de Couço, explicou ao «Avante!» as razões do aparente atraso deste processo de ocupação de terras:

—«Embora o povo do Couço já incriminasse o Sindicato de que não avançava para a tomada de terras, enquanto no Alentejo os nossos camaradas já o tinham feito, nós não considerávamos oportuno porque não havia nada para colher e arriscávamo-nos a ocupar as terras e os trabalhadores ficarem algum tempo sem trabalho. A arrancada devia ser feita quando se aproximasse o tempo das colheitas e assim sucedeu. Por outro lado, se os trabalhadores não estiverem unidos e organizados, pode-se recuar e dar campo ao fascismo. Foi preciso muito trabalho de esclarecimento e organização. A delegação do sindicato no Couço, que é formada por quatro homens e três mulheres, lançou-se nesse trabalho não só na freguesia do Couço mas também em todo o concelho de Coruche. Embora neste momento só nos pertença a área da freguesia, nós consideramos um dever de solidariedade ajudar os camaradas de Coruche onde a reacção ainda tem o peso e os trabalhadores não conhecem a sua própria força. Só no concelho de Coruche há sete mil trabalhadores sindicalizados, ou seja um terço do total de sindicalizados de todo o distrito de Santarém. Por isso há condições para, também no resto do concelho, a Reforma Agrária avançar tal como se dá na freguesia do Couço.»

Na realidade, na freguesia do Couço a concretização da Reforma Agrária por obra dos trabalhadores, assalariados e camponeses pobres, constitui um exemplo de organização. A ocupação das terras foi determinada por formas diversas de sabotagem económica que vão desde a violação dos contratos colectivos de trabalho até à exploração deficiente das terras. Uma vez a terra ocupada, elege-se uma Comissão de Trabalhadores e procede-se ao imediato inventário de todos os bens que existem na propriedade. Estes bens, quer sejam máquinas quer gado, são objecto de estreita vigilância popular. Os trabalhadores têm consciência de que se trata de bens colectivos não num sentido simplesmente geográfico mas nacional.

—«Se deixassemos sair daqui gado diz-nos um trabalhador não eramos só nós os prejudicados mas todo o povo. Se deixassemos abater gado antes da idade própria era toda a nação que sofria uma perda. Estamos a comprar carne e leite ao estrangeiro enquanto, em algumas zonas, os fascistas fogem com o gado ou o abatem antes de tempo impedindo as vacas de terem crias.»

Não só a vigilância popular contra todas as possíveis formas de sabotagem é índice da forte organização dos trabalhadores de Couço. Também a forma como têm sido geridas as propriedades, o planeamento de trabalho de modo a que, este ano, pela primeira vez, o desemprego se não faça sentir em terras do Ribatejo, durante os meses de inverno, demonstram que colectiva e organizadamente, os trabalhadores vencerão os escolhos que os resíduos do fascismo lançam no seu caminho para a liberdade.

A UNIÃO DOS EXPLORADOS É UM FACTO

Se é certo que a Liga dos Pequenos e Médios Camponeses não é muito forte na freguesia porque o número de pequenos e médios proprietários é diminuto, entre estes e o proletariado agrícola e industrial existe uma firme aliança, ela mesma expressão da experiência revolucionária do povo do Couço e do estado de organização das massas trabalhadoras. Exemplo deste facto: a ocupação das terras é sempre decidida em comum entre a Liga e o Sindicato; elementos das duas organizações analisam o estado de exploração das propriedades e depois de verificada a sabotagem dos latifundiários, entram em contacto com o IRA e decide-se a ocupação.

—«A ocupação é feita com todo o povo. À frente vai o Sindicato, depois os trabalhadores montados em tractores e motocicletas, os elementos da Liga. Depois as Forças Armadas e atrás o IRA. Mas vai mesmo todo o povo do Couço: comerciantes, pedreiros, carpinteiros, seareiros, pequenos e médios agricultores. Aqui somos mesmo um colectivo. E todos sabemos o que temos a ganhar com o fim da exploração e a debandada dos caciques. Aqui no Couço já não há fascismo, que a gente pô-lo a correr e não consentimos que volte mais.»

Os operários agrícolas, na sua acção, reforçam a aliança com o campesinato e os laços de união com outras classes exploradas da pequena burguesia como os comerciantes e outros. Esta acção é fundamental para a vitória do processo revolucionário. Neste momento, podemos dizer que a pequena burguesia do Couço está, no seu conjunto, ganha para a revolução da qual depende um futuro melhor para todo o povo trabalhador.

Na Pré-Cooperativa do Mouchão da Venda, um elemento da Comissão de Trabalhadores falanos dos pequenos camponeses em termos significativos da prática desta aliança de classes.

—«Há quem estranhe ver no meio de grandes herdades ocupadas, pequenas courelas. A gente não toca nem nunca tocará nas courelas dos pequenos e médios camponeses. Porque são eles próprios que trabalham na terra com a família e alguns ainda têm mais dificuldades na vida do que nós. O nosso interesse é ajudá-los. Aqui na Comissão de Trabalhadores há um elemento da Liga, que aderiu à cooperativa. Os outros hão-de aderir quando chegarem por si prórios à ideia de que a cooperativa lhes traz vantagens. Quando começarem a ver que na cooperativa há menos dificuldades do que eles sofrem, aderem concerteza. Mas são eles que decidem. A gente nunca tocará nas suas courelas.»

Ainda exemplo da aliança entre o proletariado agrícola e os camponeses pobres é o facto de no Comité de Reforma Agrária estar representada a Liga. O Comité de Reforma Agrária é a Comissão de cinco elementos, com representação do Sindicato e da Liga, que é responsável por todas as propriedade ocupadas. Em virtude desta organização, muitas dificuldades têm sido ultrapassadas e as comissões de trabalhadores das herdades ocupadas jamais se encontram abandonadas no enfrentar de problemas.

FORTE ESPIRITO DE SOLIDARIEDADE

Na Pré-Cooperativa de Mouchão da Venda, formada na primeira propriedade ocupada na freguesia do Couço a 23 de Março, contactámos com a Comissão de Trabalhadores. Nesta terra, em Março havia apenas salgueiros e freixos. Hoje, estende-se uma ampla seara de tomate e nela trabalham mais de setenta trabalhadores. A terra foi desbravada, apesar das dificuldades, com máquinas e adubos obtidos graças ao apoio da Cooperativa do Vale de Soraia e a um subsídio de 500 contos concedido pelo IRA.

—«Ao princípio tivemos dificuldades em pagar salários. Muitos não o receberam e alguns até emprestaram todas as suas economias. Agora pagamos os salários estipulados pelo Sindicato até porque as fábricas estão-nos a ajudar, adiantando dinheiro quando metemos o tomate. Mas muitos trabalhadores não recebem todo o salário e dão-no para outros. Os trabalhadores que têm menos dificuldades deixam um tanto do salário para aqueles que têm mais filhos ou tiveram doenças e empenharam-se. E também ajudamos trabalhadores de outras herdades que têm mais problemas. O nosso salário, por 44 horas, é de 1200$00 para os homens e 840$00 para as mulheres. Alguns só querem receber 900$00 os homens e 600$00 as mulheres. O resto vai para o Comité da Reforma Agrária pagar os salários noutras herdades com dificuldades.

Sabemos também que os camaradas do Alentejo têm muitos problemas. A gente aqui está melhor de máquinas e a reacção no Couço foi vencida. Assim que estivermos em condições, ajudamos os camaradas do Alentejo. É uma preocupação nossa. Vamos primeiro arrumar o nosso distrito, ajudar os trabalhadores de Coruche que ainda andam a sofrer com o fascismo e, depois, a nossa ajuda, dentro das nossas possibilidades, vai para o Alentejo. Estamos com os nossos camaradas do Alentejo e, em conjunto, a gente faz a Reforma Agrária vencer.»

Os trabalhadores do Couço, unidos e organizados, são a vanguarda da realização da Reforma Agrária no Ribatejo. O impulso da sua força, a pujança da sua solidariedade, a sua experiência revolucionária farão com que a Reforma Agrária se concretize em todo o distrito de Santarém, zona de latifúndio, zona onde a reacção têm ainda vasto campo de manobra. Por isso a realização da Reforma Agrária no distrito constituirá uma vitória das forças revolucionárias. Para essa vitória, os trabalhadores do Couço não pouparão forças nem trabalho.

TRABALHADORES IMPÕEM AOS AGRÁRIOS O PAGAMENTO DE SALÁRIOS EM ATRASO

Trabalhadores de várias freguesias do Baixo Alentejo, apoiados pelo seu sindicato, pressionam os agrários a saldarem as dívidas para com os operários rurais, as quais totalizam já centenas de contos

Enquanto vão levantando créditos para culturas fictícias, a coberto da cumplicidade de organismos bancários onde o saneamento se não fez ainda sentir, alguns agrários adiam, indefinidamente, o pagamento dos salários aos trabalhadores. Com esta táctica tentam alcançar um duplo objectivo: provocar dificuldades económicas e descontentamento entre os trabalhadores e as suas famílias e levá-los a abandonar o trabalho de modo a que as colheitas e as culturas fiquem por fazer. No Alentejo, estes propósitos criminosos e subtilmente sabotadores, encontram, porém, uma resposta firme e decidida por parte dos trabalhadores.

Depois das habituais diligências oficiais no sentido das autoridades competentes resolverem o caso das grandes dívidas dos agrários aos trabalhadores e perante a passividade com que foram acolhidos, os trabalhadores rurais das freguesias de Pias, de Albernoa, de Castro Verde, de Ervidel, de Santa Vitória e de Mossejana, acompanhados por elementos do Sindicato dos trabalhadores Agrícolas de Beja e da Comissão de Freguesia de Beja, dirigiram-se a S. Luís (Concelho de Odemira) dispostos a exigir o pagamento das dívidas, entre as quais se encontra um caso em que o agrário, José Alves de Carvalho, deve oito meses de salário. Este agrário e um seu filho acolheram os trabalhadores disparando vários tiros e resistindo a abrir-lhes a porta apesar da presença do Regedor da Freguesia de S. Luís. Os trabalhadores ripostaram do mesmo modo e conseguiram prendê-los. Foram ainda detidos mais três agrários e familiares que haviam igualmente resistido às justas reivindicações dos trabalhadores.

A GNR de S. Luís e a GNR de Beja não só se não opuseram à acção dos trabalhadores como facilitaram a vinda dos agrários presos para o Quartel de Beja. De igual compreensão não deu provas o comandante do Quartel, Major Castro, apesar da forma exemplar como actuaram os trabalhadores, e deste terem requerido sem qualquer resultado, a intervenção desta unidade, há mais de um mês, no sentido dos agrários de S. Luís saldarem as dívidas que já totalizam cerca de 300 contos.

O povo de S. Luís, ao tomar conhecimento da acção dos trabalhadores das outras freguesias, solidarizou-se-lhes, entusiasticamente, tendo oferecido uma caixa de sardinhas, vinho e pão aos intervenientes, o que foi motivo de uma franca confraternização.

A eficácia da tomada de posição dos trabalhadores prova-se pelo facto de dois dos agrários de S. Luís terem pago imediatamente as dívidas e de, noutros locais, este caso ter servido de exemplo. Quando os trabalhadores actuam organizados e com a firmeza e calma que lhes vêm da justiça da causa que defendem os exploradores recuam sempre nos seus intentos reacionários.

DETERMINAÇÃO REVOLUCIONÁRIA NA MARINHA GRANDE

AClasse operária e o povo trabalhador da Marinha Grande respondeu corajosa e prontamente ao banditismo fascista, cujas acções terroristas do último fim de semana, atingiram particularmente o distrito de Leiria. Correspondendo ao apelo de Comissão Concelhia do nosso Partido, que marcou uma paralização de 10 minutos como sinal de protesto contra a escalada da reacção e como testemunho da sua disposição revolucionária na defesa do processo democrático, as massas trabalhadoras da Marinha Grande paralizaram mais de 80 % da actividade da vila.

A comissão Concelhia do nosso Partido em comunicado agora distribuido, saúda todos os militantes e simpatizantes, trabalhadores e filiados noutros partidos, trabalhadores sem partido, pequenos e médios comerciantes e industriais e toda a população em geral pelo espírito de vigilância e firmezas demonstradas face às manobras contra-revolucionárias e apela para o combate à reacção e para o reforço da vigilância popular.

COMÍCIO NO PORTO

AMANHÃ SEXTA FEIRA, 26 PRESENÇA DAS

edições Avante!

informação

- Sob propostas do Instituto de Reorganização Agrária e dos Conselhos Regionais da Reforma Agrária dos respectivos distritos, foram mandados expropriar, 203 herdades, muitas delas de grandes dimensões.

- Portugal esteve na reunião do Secretariado para a Segurança e Cooperação Europeia – a primeira desde a Conferência de Helsínquia. Os pontos abordados na reunião foram: elaboração de um plano de acção do comité internacional para favorecer e acelerar as consequências positivas da Conferência de Helsínquia; análise às reacções da Conferência de Helsínquia.

- A convite do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, encontra-se na URSS uma embaixada desportiva do INATEL (Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores), constituída por trabalhadores portugueses.

- Focando os problemas ligados a actual crise política que se vive no nosso país, o camarada Álvaro Cunhal, em entrevista concedida à televisão da RDA, afirmou: «Tal como nós a vemos, a questão reside, neste momento, na forma como esse programa (de Pinheiro de Azevedo) será passado à acção, uma vez que consideramos o Partido Popular Democrático oposto ao processo revolucionário», e acrescentou – «O PS também tem pontos de vista que só superficialmente estão em conformidade com o processo revolucionário».

- Entre Janeiro e Julho de 1975, o volume de importações feitas pelo nosso país ultrapassou, mais uma vez largamente, o volume de mercadorias exportadas, conforme informação do Instituto Nacional de Estatísticas. Entretanto, no mês de Julho, atenuou-se a diferença entre as importações e as exportações, tendência que é vital acentuar.

- Por ocasião da admissão, nas Nações Unidas, de Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, o representante de Portugal prestou homenagem aos dirigentes das ex-colónias, que souberam fomentar a cooperação, baseada na amizade. As resoluções que admitem os três novos membros foram apresentadas por um grupo de 50 países, entre os quais Portugal, países socialistas e várias nações africanas e asiáticas.

- Jornais soviéticos manifestam a sua inquietação perante os «actos terroristas, levados a cabo em estreita ligação com os fascistas estrangeiros».

- Está a decorrer, na Faculdade de Engenharia do Porto, o II Congresso da FEUP, subordinado ao tema «A Faculdade de Engenharia na construção do socialismo». As dezoito teses em discussão estão ligadas a «questões fundamentais, tais como relações escola-sociedade, política geral do ensino superior de engenharia e objectivos a satisfazer na investigação ligada a engenharia e questões de carácter pedagógico».

- «É altura de todos os trabalhadores, com o seu trabalho, apoiarem os operários agrícolas alentejanos, na luta para levar por diante a Reforma Agrária», afirmou um elemento da Comissão de Apoio à Reforma Agrária, criada por um grupo de trabalhadores rodoviários, que se dirigiu às comissões de moradores e trabalhadores, aos sindicatos e outros orgãos de vontade popular.

- Na sequência da campanha de apoio aos trabalhadores agrícolas do Alentejo deram entrada no sindicato agrícola de Beja, quase 500 contos.

- Em plenário de pequenos e médios agricultores do Oeste, realizado em Torres Vedras, foi apontada ao Governo, como medida necessária à resolução dos seus problemas, a transformação dos ex-grémios da lavoura em pré-cooperativas concelhias de compra e venda.

- Foram fixados os valores máximos das rendas agrícolas, com a intenção de «desagravar de forma significativa os rendeiros que estavam sujeitos a rendas pesadas».

- Ex-ANPS tomaram o Grémio da Lavoura de Idanha-a-Nova. Comentando o assalto reaccionário, a delegação local do Sindicato dos Assalariados Agrícolas afirma em comunicado: «Os mesmos que incendiaram as matas assaltaram o Centro Regional da Reforma Agrária e sedes de partidos do Povo, querem agora tomar conta das comissões liquidatárias».

- No último fim de semana foram ocupadas no distrito de Évora, por trabalhadores rurais, 25 herdades que se encontravam ao abandono.

- Na 21ª sessão anual da Assembleia da Nato, que está a decorrer, o senador americano Edward Kennedy sublinhou que um «importante compromisso» de auxílio económico, seria de grande utilidade para a «democracia» portuguesa. A representação portuguesa é constituída por elementos do PS, do PPD e do CDS.

- Foi finalmente consacrada a Nacionalização do grupo CUF.

- «Estamos em presença de um vasto afrontamento de classes entre as forças revolucionárias que querem conduzir Portugal ao socialismo e as forças conservadoras, portuguesas e internacionais, que ali pretendem manter o capitalismo, de uma forma ou de outra – afirmou o secretário-geral da CGT-francesa. Se tivermos consciência desta realidade é fácil compreender o sentido dos acontecimentos e do comportamento dos partidos e dos homens civis e militares».

- «A DORN do nosso Partido saúda a valorosa firmeza e a resistência das massas populares do Porto perante a repressão desencadeada contra o seu direito de reunião e sobre um órgão verdadeiramante popular como é o Conselho Municipal» – afirma-se num comunicado do Partido sobre os graves acontecimentos ocorridos no Porto.

- Numa vincada ingerência nos problemas internos do nosso país, o Partido Liberal Inglês aprovou uma resolução pedindo ao MFA que organize novas eleições legislativas no nosso país, o mais rapidamente possível.

A atitude ambígua da direcção do Sindicato dos Bancários

Em defesa da Reforma Agrária — uma das mais importantes conquistas da nossa Revolução — o Alentejo paralizou em bloco.Uma pequena excepção — alguns serviços bancários mantiveram-se abertos, o que suscitou, naturalmente, a reacção das massas trabalhadoras que não admitem, nem admitirão, que as manobras de grupelhos esquerdistas, em aliança com defensores de posições da social-democracia, possam pôr em causa o que os trabalhadores alcançaram em dezenas de anos de luta antifascista, e pela decisão e o heroísmo no trabalho que tem patenteado agora. Face aos acontecimentos, a actual direcção do Sindicato dos Bancários optou por explicações públicas, em que faz juras de solidariedade com os defensores da Reforma Agrária, atacando entretanto os «arruaceiros» que teriam contestado aos bancários de Évora o «direito ao trabalho». Empenhada na difícil missão de surgir como defensora dos interesses dos camponeses e em particular de uma «verdadeira reforma agrária», quando na prática, não só não apoiou os trabalhadores alentejanos em luta, como se manifestou solidária com os que marginalizaram dessa luta, a actual Direcção do Sindicato dos Bancários, enredou-se na teia das obscuras explicações. A massa do proletariado agrícola que se ergueu no Alentejo contra mais uma tentativa de contestação e recuo da revolução nos campos, está indubitavelmente com o processo revolucionário em curso no nosso país, bate-se por ele, defende-o, e com as manifestações e a greve realizadas, alcançou mesmo uma importante e significativa vitória. Sendo assim, como se entende que a Direcção do Sindicato dos Bancários — que, claro está, se considera a si própria abnegada dos interesses dos trabalhadores —, se manifeste contra as palavras de ordem proferidas pelos manifestantes: «saneamento, reaccionários fora dos Bancos», «Crédito Agrícola imediato»? Compreender-se-ia melhor se fossem os primeiros a solidarizarem com tais reivindicações, que naturalmente lhes dizem muito directamente respeito. Por outro lado, a Direcção dos Bancários do Sul e Ilhas, apoda de arruaceiros os manifestantes que defendiam vigorosamente a reforma agrária. Faz mesmo um paralelo entre os factos ocorridos em Évora (que se esforça por ampliar, multiplicando agressões inexistentes) e a expulsão de bancários em Rio Maior, Lourinhã e Bombarral, camaradas nossos e outros trabalhadores progressistas, vítimas da violência reaccionária num momento particularmente delicado do processo revolucionário português. Confundir acções de massas em defesa da revolução, com manejos das forças reaccionárias que se esforçam por mergulhar o nosso país numa mais sangrenta ditadura fascista; colocar no mesmo plano bandos terroristas da direita e a firme actuação revolucionária dos trabalhadores — são manobras que não podem deixar de ser um cunho provocatório, e que contribuem objectivamente, para atacar a acção das forças progressistas e dar cobertura à contra-revolução. Na mesma senda da sua frágil demagogia, a Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul, solidariza-se com os que se alhearam ao grande movimento grevistico em defesa da Reforma Agrária e critica a Comissão Distrital de Beja por ter mandado encerrar as Agências do Distrito, integrando-se assim na luta dos trabalhadores alentejanos, por considerar tal decisão pouco «democrática».

Gozando da solidariedade de todos os trabalhadores do País, o proletariado agrícola tem prosseguido na luta pela defesa das conquistas alcançadas após o 25 de Abril. Assim, em reunião recentemente realizada em Alcácer do Sal, trabalhadores de seis empresas e cooperativas agrícolas e representantes de cinco sindicatos do centro e sul do país e da Intersindical Nacional, aprovaram por unanimidade uma moção em que exigem o avanço da Reforma Agrária e que sejam postas em prática algumas medidas fundamentais para esse avanço, nomeadamente que «a banca seja posta inequivocamente ao serviço dos trabalhadores e não dos exploradores, devendo ser saneados todos os reaccionários que procuram entravar a luta dos trabalhadores».

Por seu lado, trabalhadores bancários reunidós na sede do seu sindicato, pronunciaram-se contra a posição assumida pela reacção, tendo aprovado uma moção em que foi decidido: «Repudiar o comunicado da Direcção, considerando-o digno de uma direcção vendida aos interesses dos agrários e das forças capitalistas nacionais e internacionais; manifestar o seu total apoio aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Sul, para que prossigam na sua luta contra os agrários e contra as forças políticas que os apoiam».

A realidade dos factos fala por si. São os actos e não as palavras que definem os campos dos que se encontram com o processo revolucionário e dos que mais não fazem que semear de obstáculos o seu difícil caminho. As massas trabalhadoras estão inequivocamente com a Revolução. Têm-no demonstrado muito particularmente nas curvas mais apertadas, nos momentos que, como o que agora vivemos, são particularmente decisivos. Os que se erguem contra a sua acção colaboram de facto com as forças da reacção.

A CIP defende o Capitalismo

A CIP voltou a surgir na cena política portuguesa, expressando publicamente as suas opiniões, ou o que pensa ser útil e oportuno dizer neste momento particularmente difícil do nosso processo revolucionário. Surgiu, como noutras alturas, num momento que considero propício. Surgiu com a capa que impôs a si própria – a capa neutra do estrito tecnicismo, como defensora de uma via «realista» e «equilibrada» para ultrapassar os problemas que se nos deparam e, em primeiro lugar, como defensora dos interesses do pequeno e do médio capital. No decurso de uma conferência de imprensa convocada para prestar informações a cerca da recente reunião em Lisboa da Organização Internacional de Empregadores (OIE) e respectivo balanço. O verdadeiro tema de conferência foi no entanto, bastante diferente. A CIP pouco se debruçou sobre as questões tema de tal encontro. Está bastante mais empenhada no que se passa actualmente no nosso país. Sobre isso, sentiu-se francamente à vontade para dar as suas opiniões, e perorar sobre o que a revolução deveria ou não ter feito, ou vir a fazer. Pela voz do seu presidente, António Vasco de Melo, e em folheto distribuido durante a reunião aos jornalistas, a CIP aponta como modelo que desejariam ver repetido em Portugal o mundo capitalista europeu. Assim, afirma, entre o lamento e a esperança: «As organizações de empregados destes países participam, de maneira activa, na elaboração da política económica e social, em concertação com o Governo e os dirigentes das organizações sindicais, na maior parte dos casos por via institucionalizada de Conselhos Nacionais, em que os parceiros sociais encontram paritária representação e audiência assegurada junto do poder político». É a velha teoria de armonia de interesses de classes antagónicas, tão bem conhecidas de todos os portugueses, como fundamento mesmo da defesa teórica do fascismo. Ressalta do documento, que a revolução portuguesa tem sido bem pouco favorável a esta doce harmonia, no que naturalmente estamos de acordo. Os senhores da CIP lamentam os «abusos» cometidos na tentativa de «controlo» da produção por parte dos trabalhadores que «reagem ao saber do momento» (como se nota, os senhores da CIP estão exclusivamente preocupados com questões de eficácia técnica...). Por outro lado, Vasco de Melo culpa a Revolução de não ter introduzido medidas correctivas no sistema económico, que permitissem livrar Portugal da crise generalizada no mundo capitalista. Estranha crítica... Estará a CIP — com instintos suicidas — a criticar a revolução portuguesa por não avançar suficientemente depressa para o socialismo, por não se libertar com a adequada energia da sua actual dependência económica do mundo capitalista, ou terá descoberto o mítico segredo da cura dos males do capitalismo no próprio quadro do

capitalismo? Difícil crer na primeira hipótese. Quando a segunda, não só vai contra leis que gozam de uma objectividade que anda bem arredada dos raciocínios da CIP, como se entende mal que tão magnífica descoberta não tenha sido oportunamente transmitida aos seus parceiros da França, da Bélgica ou dos EUA.

Mas a CIP não faz só críticas. Tem também os seus próprios programas de «salvação» pública, e nutre as suas esperanças. Programa pouco original. Pobres esperanças. Assim, a CIP propõe que o Governo português perca em definitivo as suas veleidades revolucionárias e cumpra as funções que lhe competiriam no quadro do atraente capitalismo monopolista de Estado, nomeadamente no financiamento de projectos orientados para as infraestruturas económicas e sociais, nulamente lucrativos, mas indespensáveis para a movimentação do grande capital. Tudo isto atenuado com umas tintas de apoio às pequenas e médias empresas (o capitalismo sempre soube falar a linguagem mais adequada a cada época) e muitas referências à «democracia económica.»

Os senhores da CIP são omissos quanto ao tipo de regime político necessário para impôr as suas pretensões a um retorno ao passado. Quanto à «democracia económica» tem a sua opinião muito particular do significado de tal conceito. Os senhores da CIP não querem ouvir falar de socialismo. Do verdadeiro claro está. Não se oporiam a um «socialismo» sueco — aliás impossível no contexto sócio-económico e político da sociedade portuguesa — mas já levantam sérias objecções à autêntica nacionalização da economia, ao fim da exploração do homem pelo homem. Ao fim da economia orientada pelo lucro. Com essa real democracia, os senhores da CIP já não estão de acordo. O seu presidente tem esperanças de não ser forçado a alterar a sua «maneira de ser», ou a empreender o caminho para o Brasil. Ainda tem esperanças no retorno dos seus patrões da CUF. Cabe à revolução portuguesa liquidá-las em definitivo.

Euforia prematura do imperialismo

O presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford, em entrevista concedida ao «Chicago Sun-Times», afirmou que não tem havido «grande interferência da CIA em Portugal» e que as manifestações de anti-comunismo no nosso país teriam sido provocadas por «pressões diplomáticas normais». Ford acrescentou que os aliados dos Estados Unidos na Europa, «muito preocupados» com a evolução da situação política em Portugal», se uniram para provocar um «impacto» sobre o processo político no nosso país.

«O nosso papel como nação (e as nossas leis o dizem) é de não interferência nos assuntos de outros países, e não vamos interferir na autodeterminação do povo português» – afirmou por sua vez o senador americano George McGovern, à sua chegada a Lisboa. Comentando a evolução da situação política em Portugal, McGovern disse também: «Agora parece-me que a situação política é mais esperançosa e estável. Nós estamos sobretudo interessados no desenvolvimento de Portugal a longo prazo».

Estas afirmações foram proferidas antes de ser conhecida a composição do VI Governo Provisório.

A formação do VI Governo desencadeou as mais variadas manifestações de regozijo por parte do mundo capitalista. «Seria salutar e pertinente que os Estados Unidos fizessem conhecer claramente a sua vontade de auxiliar o novo Governo Português» – afirma, em editorial, o «New York Times» – O que é agora de uma importância primordial não é afastar os comunistas do Poder, mas saber se o Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo pode galvanizar a acção do seu Governo contra os problemas vertiginosos: inflacção galopante, aumento do desemprego, mal-estar agrícola, milhares de refugiados de Angola e um constante exodo de trabalhadores qualificados, inquietos pelo caos e uma possível guerra civil». Pequim também se regozija, passado, na sua opinião, o «perigo» da «influência» da União Soviética em Portugal, que acusa, tal como os países do mundo capitalista, de querer «criar uma brecha no flanco sul da NATO».

Se as declarações de Kissinger confirmam, embora camuflando, a aberta ingerência estrangeira nos problemas internos do nosso país, a animação que ressalta nos meios propagandísticos do grande capital, a forma como se manifesta, constitui, objectivamente, a continuação dessa interferência.

Os senhores do grande capital estão nitidamente esperançados na reabsorção da revolução portuguesa pelas suas velhas e apodrecidas estruturas. Assim, dão de Portugal uma imagem caótica, aliás bem semelhante à imagem real dos seus próprios países. Mas acenam com um futuro mais de acordo com os seus interesses. Pensam ter a estrada aberta. Alguns pequenos escolhos a remover – esta ou aquela personalidade mais coerente e, a seu tempo, as forças da vanguarda, em particular os comunistas. Nada mais. Substimam o poder das forças progressistas. Ignoram por completo a energia revolucionária de um povo que conheceu particularmente bem o significado do fascismo.

Encarando logicamente os acontecimentos sob uma perspectiva diametralmente oposta, o jornal soviético «Pravda» afirma: «A estabilidade do novo Governo não poderá ser assegurada sem que os seus esforços coincidam com a vontade das massas (...) na defesa das conquistas revolucionárias». E conclui: «As massas trabalhadoras estão conscientes de que somente a sua luta unitária e contínua (...) permitirá fazer avançar tudo o que existe de positivo no programa do Governo Provisório».

A CIA de Ford, as «pressões diplomáticas normais», os bandos terroristas organizados pelas forças de direita – nacionais e internacionais – criam sérias dificuldades, mas não se podem medir com a vontade de um povo consciente. Não alcançarão igualmente os seus objectivos – a liquidação do processo revolucionário em Portugal – as manobras nos bastidores da política, a cínica demagogia dos pretensos amigos de Portugal, a hábil utilização da chantagem económica.

A plataforma política do Primeiro-Ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, contém pontos positivos para a continuidade do processo revolucionário – em particular a garantia da defesa de todas as conquistas alcançadas, e o seu aprofundamento. É evidente que a composição do seu actual Governo não corresponde aos objectivos preconizados em tal programa. É aí, e nos aspectos programáticos susceptíveis de uma dúbia interpretação, que joga a reacção internacional. E dentro da lógica do seu raciocínio crê garantida a vitória da social-democracia. No seu desprezo pelo poder das massas, não crê no poder da sua vontade. Aposta numa causa perdida. Mas lançará aí todos os seus trunfos. Não é próprio de um revolucionário substimar os seus inimigos. A batalha será muito dura. Será talvez a batalha decisiva. Mas venceremos.

Negociatas, sabotagens e manobras da reacção

A reacção intensificou nos últimos dias a sua ofensiva nos mais diversos sectores da frente económica. O mercado negro de divisas, por exemplo, está a assumir proporcões alarmantes. Não é já somente nas fronteiras que os trabalhadores residentes em França e na Alemanha são convidados a vender francos e marcos por preços muito superiores aos fixados pelo o Banco de Portugal para as transacções em moeda estrangeira. verdadeiras quadrilhas de traficantes, muitos deles ligados no passado aos mais sujos negócios da Bolsa, passaram a comprar e vender dólares em Lisboa da maneira mais descarada. Embora a cotação oficial do dólar seja no momento de aproximadamente 28 escudos há indivíduos que o vendem já por 45 escudos. E de uma maneira descarada. Tal como acontecia no Chile, até nos cafés — ante a certeza da impunidade — se compra e vende moeda estrangeira. E, também como no Chile, esses traficantes são meros testas de ferro que agem por conta de elementos ligados a organizações reacionárias empenhadas em desvalorizar o escudo, em criar uma situação caotica no mercado monetário. É sintomático, igualmente, que certas agências de viagens estejam aplicando uma política de boicote à TAP. Algumas só encaminham passageiros para os voos da empresa nacional quando não podem utilizar os serviços de companhias estrangeiras. É uma forma de privar o País de divisas, uma maneira de aumentar o deficit da TAP, um acto de sabotagem económica. A composição do Ministério gerou tamanhas esperanças em sectores contra-revolucionários que projectos de negócios que tinham sido desfeitos em consequências da vitória popular do 11 de Março são agora retomados apressadamente no Estrangeiro. Do Brasil chega-nos concretamente a informação de que o fascista Gomes da Costa — que todas as semanas insulta a Revolução e o MFA nos pasquins da colonia tenta negociar a venda da «Voz de Portugal» ao Estado Português, com a ajuda de elementos locais da Secretaria da Emigração e de emissários de um partido representado no Governo. Venderia aquilo que não pode, pois a «Voz de Portugal» é um jornal falido, que deve milhares de contos e sobreviveu até agora graças à tolerancia inexplicável de organismos oficiais como a Caixa Geral dos Depósitos.

PRESENÇA DAS edições Avante!

NA GRANDIOSA JORNADA DE SOLIDARIEDADE DO PCP

AOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS
EM DEFESA
DA REFORMA AGRÁRIA
CONTRA A REACÇÃO FASCISTA

SÁBADO DIA 27
NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO
GRANDE BANCA DE LIVROS
SORTEIO AVANTE
APRESENTAÇÃO DE NOVIDADES

informação

- Em artigo intitulado «A estratégia de Lénine e a táctica da luta revolucionária», e publicado no jornal soviético «Pravda», o articulista checo Zadorov escreve: «O apoio de uma maioria popular tem sido sempre o primeiro preceito da táctica e estratégia revolucionárias. Porém, essa maioria não é aritmética, mas sim um conceito político».

- Numa inequívoca demonstração do seu isolamento, o regime de Geisel determinou a detenção, no Estado do Paraná, de nove membros do único partido de oposição legal no Brasil — Movimento Democrático Brasileiro — a pretexto de ligações com o Partido Comunista. O aparelho repressivo do Brasil é activamente apoiado e fomentado pelos grandes monopólios americanos e europeus, de conluio com os monopólios brasileiros. De entre estes destacam-se a «Nestlé», «General Electric», «Mercedez Benz», «Camargo Correia» e «Philips Petroleum».

- Entre os problemas herdados da guerra, o Vietnam do Norte debate-se actual e particularmente com o problema da reeducação das crianças surdas-mudas, que, apenas na quarta zona, se calcula ascenderem a mais de três milhares. A origem da doença centra-se fundamentalmente em perturbações de vidas a humidade dos abrigos onde as mulheres vietnamesas se refugiavam durante os bombardeamentos dos aviões dos EUA.

- O Governo zambiano ordenou a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) — movimento de libertação da Nambía — que cessasse todas as suas actividades militares a partir de território zambiano, numa atitude de aberta hostilidade para com um movimento patriótico e anti-racista, reconhecido pela OUA, que conduz uma difícil luta contra o Governo reaccionário da África do Sul.

- O Conselho Mundial das Igrejas anunciou em Lourenço Marques que doará somas diversas ao Conselho Nacional Africano da Rodésia, a Organização Popular do Sudoeste Africano, aos Governos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Os fundos destinam-se a programas agrícolas, médicos e educacionais.

- A Roménia e a República de Cabo Verde decidiram estabelecer relações diplomáticas ao nível de embaixadores.

- O presidente Ford, dos EUA, confirmou, numa conferência de Imprensa, a existência de um acordo secreto entre os Estados Unidos e Israel, em que os americanos se comprometem a fornecer aos Israelitas «quantidades muito substanciais de equipamento militar», incluindo «mísseis terra-terra e caça de combate F-16».

- Moçambique apresentou o «documento de aceitação» da Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS) e passou a ser o 143° membro desta organização. A República democrática do Vietnam foi igualmente admitida na OMS.

- A vaga de detenções de que têm sido alvo intelectuais africanos, desde o mês passado, prosseguiu esta semana.

- Num discurso proferido em Bissau, no âmbito das comemorações do 51° aniversário do nascimento de Amílcar Cabral, o camarada Luís Cabral lançou uma severa advertência contra todos os que, aproveitando a benevolência do PAIGC, desenvolvem campanhas de descrédito contra os dirigentes do Estado e do partido, com base nas dificuldades económicas actuais, resultantes da degradação da economia, em consequência da guerra.

- Numa áspera crítica ao imperialismo americano, a camarada Angela Davis referiu o importante aumento de desemprego entre os negros nos últimos meses e a resistência a integração racial nos transportes escolares registada em cidades como Boston. «General Ford podia ter enviado soldados para proteger as crianças negras em Boston, mas não o fez porque está contra a integração, isso foi como que uma palavra de ordem para as forças racistas da cidade» — afirmou Angela Davis.

- À sua chegada a Nova Iorque, o camarada Andrei Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, afirmou que «uma das principais tarefas das Nações Unidas consiste em continuar a debruçar-se sobre os principais problemas relacionados com a paz, bem como a desenvolver e acentuar tudo quanto de positivo se tem registado no mundo de hoje, visando reduzir a tensão mundial e criar maior segurança para todas as nações».

- A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou por 123 votos sem oposição uma resolução na qual se reconhece aos Vietnames do Norte e do Sul o direito de serem membros da organização, apesar da oposição dos Estados Unidos.

- O Governo Revolucionário Provisório do Vietnam do Sul anunciou a criação de uma moeda para substituir o antigo dinheiro desvalorizado do regima de Van Thieu.

- Em declarações proferidas na Universidade de Stanford, o presidente Ford dos EUA declarou não excluir acções para depôr governos estrangeiros.

- «A histórica Conferência de Helsínquia abriu novos horizontes a cooperação cultural — escreve o jornal soviético «Izvestia» — A União Soviética está em primeiro lugar entre todos os países, no que se refere a intensidade e variedade das trocas culturais. Em 1974 por exemplo, a URSS enviou para o estrangeiro 168 companhias de artistas, 87 exposições foram apresentadas em 94 países. Todos os anos são editados na URSS mais de 2.000 livros de autores estrangeiros. Em cerca de 50 países surgem de 2.500 obras soviéticas».

- Está a decorrer em Caracas, na Venuzuela o Encontro Mundial da Juventude e dos Estudantes, com a presença de 200 delegados de 60 países. Os principais temas em discussão são: o direito dos países subdesenvolvidos defenderem as suas matérias primas, a defesa da democracia e a luta contra o fascismo, a recuperação das riquezas básicas e os direitos da juventude.

A escalada fascista na Argentina

Em poucos meses o povo argentino derrotou duas tentativas de golpe de Estado. Em ambas foi a mobilização massiva da classe operária que conteve a ofensiva cujo fim era a chilenização do país. Mas como as causas das sucessivas crises político-militares não foram eliminadas, a Argentina vive mergulhada numa atmosfera de permanente tensão. O perigo de um golpe fascista continua a ser real.

O terrorismo de direita e o terrorismo ultra-esquerdista estabelecem o pânico e derramam sangue num quadro que se caracteriza pelo agravamento da crise económica, pelo aumento do desemprego e por uma inflação galopante.

A acção irresponsável desenvolvida pelas forças ultra-esquerdistas tem sido repetidamente denunciada pelos partidos democráticos e progressistas, nomeadamente pelo Partido Comunista da Argentina. Mas é incomparavelmente menos grave — como o PCA tem salientado — do que a criminosa escalada da ultra-direita. Ora tanto o governo como os sectores reacionários das Forças Armadas ignoram o perigo real, fecham sistematicamente os olhos à realidade. Os guerrilheiros esquerdistas são perseguidos, presos, torturados. Mas não se prende um fascista. A sinistra Aliança Anticomunista Argentina (AAA) assassinou mais de 500 pessoas nos últimos meses, sequestrou dezenas, torturou milhares e, embora o Congresso, o Exército e o Ministério da Justiça disponham de valiosos elementos que permitiriam o desmantelamento da criminosa organização não tomam qualquer medida contra os bandos fascistas que agem de Norte a Sul, seguros de absoluta impunidade.

O afastamento de Lopez Rega não produziu os resultados esperados porque a engrenagem por ele montada no aparelho de Estado permaneceu intacta. A tentativa de golpe de Estado repetiu-se em fins de Agosto e foi novamente esmagada graças à presença decisiva das massas nas ruas e à unidade que nesses momentos decisivos se estabelecu entre o povo e os sectores progressitas das Forças Armadas. O Exército, particularmente, reagiu na altura própria contra os saneamentos à esquerda que estavam a ser realizados por uma cúpula reacionária interessada em estabelecer nas F A os processos e a mentalidade da época de Ongania-Lanusse. A designação de um oficial democrático, o general Jorge Rafael Videla, para o cargo de comandante-chefe foi recebida com alívio pelas forças progressistas. O general Videla identifica-se com uma importante corrente que nas FA exige que a associação fascista da Triple A seja enfrentada e destruida.

Os acontecimentos dos últimos dias demonstram que a ultradireita se prepara para realizar um esforço decisivo cuja meta seria, mais uma vez, o golpe de Estado. Ao intensificar a escalada terrorista, os bandos fascistas procuram aprofundar as contradições existentes no seio das Forças Armadas e, particularmente, abalar, através do seu desafio, a posição do general Jorge Videla.

O afastamento provisório da presidente Maria Estela de Perón — em férias nas montanhas — favorece o jogo da reacção porque o presidente interino, Italo Luder, é uma personalidade fraca, tradicionalmente manipulada pela direita peronista.

A mudança de atitude do Partido Justicialista é, entretanto, um factor muito positivo. Ante o perigo real representado pela ameaça fascista, os dirigentes peronistas mais responsáveis mostram-se dispostos a defender a democracia e a cortar o passo à reacção, demarcando-se dela e aproximando-se dos partidos e forças directamente visados pela ofensiva da direita. A realização de uma assembleia multipartidária foi uma inegável vitória do Partido Comunista da Argentina que vinha há muito batalhando por essa iniciativa. Importa agora convocar as assembleias multisectoriais e trabalhar para que ambas — as de partidos e sectores — «se reproduzam em todas as províncias e cidades, como sugere «Nuestra Palabra», para afirmar sobre bases sólidas o processo unitário em marcha». A única solução viável para a crise permanente da Argentina é aquela que o Comité Executivo do Partido Comunista da Argentina aponta na sua declaração do fim de Agosto: a formação de um gabinete civil-militar de que participem todas as forças progressistas. A sua primeira tarefa seria defender as instituições democráticas e impôr o respeito das liberdades públicas ameaçadas pela escalada fascista.

Chile: a caminho do programa comum

Dois anos após o golpe fascista de Setembro de 1973, o Chile continua transformado num gigantesco campo de concentração. O país é a própria imagem da repressão, da miséria, da ruina.

Mais de 500.000 trabalhadores estão desempregados. Pela primeira vez nos últimos trinta anos diminuiu o número de estudantes matriculados em todos os níveis do ensino. A educação é cada vez mais um privilégio para a classe dominante. O imperialismo é quem faz a lei no país. Por sugestão sua, são suprimidos meios de transporte aéreos, ferroviários e marítimos em várias províncias; preparam-se decretos para entregar aos grandes monopólios americanos jazigos de cobre, de ferro, de petróleo e de outros recursos naturais. Mas a economia vai cada vez pior, como dizem os chilenos. O deficit da balança comercial quadruplicou. No último ano atingiu 229 milhões de dólares; em 1975 excederá 900 milhões de dólares.

A direita, que durante o governo da Unidade Popular afirmava encarnar a pureza da democracia e a defesa das liberdades e dos direitos humanos, pede agora, hipocritamente, sacrifícios aos trabalhadores. «El Mercúrio» — o diário «independente» que à antiga equipe da «República» citava como o mais *autorizado* do Chile — defende com cinismo a necessidade, a bem da pátria, de se proceder a uma maior concentração de riqueza nas mãos das grandes empresas. É a mais descarada apologia dos monopólios que já se fez na América.

No campo de repressão, novas mentiras são forjadas, para explicar o assassínio de patriotas. A última farsa macabra de Pinochet é a divulgação da lista de 119 chilenos que teriam sido mortos na Argentina em lutas guerrilheiras. O Partido Comunista do Chile já deu resposta a essa provocação, «uma diabólica manobra da Junta, para lavar as mãos por ter cometido esses assassinatos». Os 119 foram detidos no Chile por membros da sinistra DINA e mortos no Chile.

Nas duras condições de luta do Chile, a unidade é a condição primeira e indispensável da vitória contra o fascismo. Nesse sentido, o Partido Comunista do Chile tem desenvolvido insistentes esforços para que sejam superados os obstáculos que atrasam a formação de uma ampla Frente Antifascista. O principal deles é a atitude ambígua da Democracia Cristã. Os trabalhadores da DC participam já de acções unitárias, mas a cúpula do partido de Frei, foge a uma definição clara. Não é por acaso que Pinochet acaba de convidar para membros de um «Conselho de Estado», os antigos presidentes da República: Gonzalez Videla, Jorge Alessandri e Eduardo Frei — três anticomunistas fanáticos, três traidores, três inimigos do povo chileno, três dóceis instrumentos do imperialismo.

A Democracia Cristã, depois de ter criado as condições para o êxito do golpe fascista de 73, mostra-se agora arrependida e está disposta a participar «na luta pela reconquista das liberdades democráticas. Mas no campo económico teme assumir atitudes que desagradam ao imperialismo. Ora, a plataforma unitária apresentada pelo Partido Comunista do Chile é muito clara no desafio ao imperialismo. «Com base na propriedade e no controle nacional das riquezas básicas — assina-

la — na independência do país no tratamento do capital e da tecnologia estrangeira, no desenvolvimento e protecção da indústria nacional, na restituição das conquistas económicas e sociais que o povo alcançou em grandes lutas, no impulso e na racionalização da Reforma Agrária, na reconstrução da área de propriedade social, com base na expropriação do capital monopolista e na defesa do nível de consumo das massas, é possível elaborar uma política económica que, assegurando os direitos legítimos dos sectores democráticos do país, incorpore efectivamente o povo ao esforço que visa superar o atraso e a dependência.» A alternativa política apresentada pelo Partido Comunista do Chile salienta ainda que é fundamental uma «política internacional independente (...) que ligue o país à poderosa corrente dos povos que lutam pela sua libertação económica e social».

Os partidos da burguesia inventam argumentos para não lutar contra o fascismo. Mas a mobilização e a luta de massas assim como o debate criador de que participam todas as forças revolucionárias anti-fascistas estão abrindo caminho para a adopção do programa comum. A junta fascista será derrotada. O Chile vencerá!

A chantagem do EUA no Egipto

São múltiplas as formas que assume a política de pressão e de chantagem do imperialismo, em particular nas zonas em que se luta por uma definição de rumos a seguir, em que é mais acesa a luta de classes — não sendo já possível a ingerência aberta e descarada, mas ainda viável o jogo das ameaças e das promessas.

Na sequência de um pretenso tratado de paz entre o Egipto e Israel, justamente criticado por todas as forças progressistas árabes, pelos países socialistas, pelas organizações verdadeiramente democráticas de todo o mundo, os EUA começaram a fornecer, bem significadamente, auxílio financeiro ao governo de Sadat. Conforme declarações do ministro da Economia do Egipto, Zaki Chafei, os Estados Unidos vão investir três mil milhões de dólares nos programas de desenvolvimento daquele país, principalmente nos planos relativos a construção de fábricas de veículos motorizados. A produção destas fábricas destina-se fundamentalmente a exportação. Entretanto, estão em curso estudos sobre a possibilidade de ser levantada a proibição imposta à companhia Ford pelos países árebes, por negociar com Israel. Chafei informou também que o Ministério da Reconstrução egípcio recebeu cem milhões de dólares dos Estados Unidos para financiar a reedificação das cidades do canal de Suez. Círculos oficiais do cairo revelaram, por seu lado, que o presidente Sadat do Egipto visita os Estados Unidos durante uma semana a partir de fins de Outubro. Será a primeira vez que um chefe de Estado egípcio se deslocará áquele país.

O povo árabe, e em particular o povo egípcio, sempre contam com o auxílio da URSS e restantes países socialistas, na sua justa luta contra as pretensões do imperialismo sionista, estreitamente vinculado aos EUA. As armas, os tanques, os aviões, com que as tropas egípcias se bateram no Sinai, as vitórias que permitiram impor a Israel um travão na sua senda de agressão, em que se prupunham prosseguir, depois da ocupação de território árabe, considerando vital para a defesa das suas fronteiras (arrogante argumento empregue por todos os agressores), foram, numa parte considerável, fruto do intensivo auxílio da URSS. Um auxílio que não tem quaisquer pontos de contacto com as «ajudas» do imperialismo. Um auxílio que não visa a exploração de outros povos e riquezas, a sua subjugação a interesses que lhe são alheios. Antes se funda numa política coerente de ajuda a todas as forças que lutam pelos interesses vitais dos povos, as forças cujas acção conjugada vai fazendo recuar o domínio do capital.

Todos os povos que se batem para quebrar o espartilho a que o poder do capital os tinha confinado, contam naturalmente, como aliados naturais, os países socialistas, todas as forças progressistas mundiais. Quando se volta as costas a aliados para dar a mão a inimigos, num oportunismo de vistas estreitas, ou com a deliberada intenção de manter um país na situação de dependência do grande capital — está-se de facto a agravar os problemas já existentes abrindo as portas a falsas soluções, por que se terá posteriormente que pagar o devido preço.

O tratado assinado entre Israel e o Egipto, pode justamente ser considerado um exemplo de actuação política manipulada pelo imperialismo, ou que pelo menos se ajusta perfeitamente aos interesses deste. O auxílio económico que corroborou tal tratado que não terá sido alheio, sob a forma de promessas, a sua própria elaboração e assinatura — deve alertar-nos mais uma vez para o grave problema da independência nacional que, sempre que tal é permitido, se anula nas mãos hábeis de um imperialismo sem quaisquer escrúpulos. Aceitar quaisquer pressões ou exigências, em nome do estrangulamento económico que o grande capital operaria se se sentisse frontalmente ameaçado, é, objectivamente, uma traição a qualquer revolução digna desse nome. Numa revolução, o confronto é inevitável. Há simplesmente que saber conduzir a evolução do processo político, de forma que tal confronto se dê em termos favoráveis às forças revolucionárias. As vitórias das forças progressistas a nível internacional, tem facilitado cada vez mais o caminho para a independência nacional, dos países sujeitos ao jugo das multinacionais. Hoje, independencia não significa isolamento. O que faz pesar ainda maiores responsabilidades sobre aqueles que se opõem de facto a essa independência, em nome do fatalismo das velhas dependências económicas. Em nome do anti-comunismo, ainda quando acobertado.

Amílcar Cabral homenageado

Foi entregue a Amílcar Cabral, a título póstumo, a medalha Frederic Juliot-Curie, a mais alta distinção do Conselho Mundial da Paz, que havia sido atribuída ao fundador do PAIGC quando da reunião daquele conselho, em Santiago do Chile, em 1972. O camarada Amílcar Cabral não recebera a medalha em vida por ter então mostrado desejo de que ela só lhe fosse entregue quando da proclamação da independência da Guiné-Bissau, na presença e com a participação do povo, já que considerava que a medalha Frederic Juliot-Curie tinha sido atribuída ao seu partido e ao seu povo.

Amílcar Cabral não assistiu à total independência do seu país. Em 20 de Janeiro de 1973, foi assassinado por agentes do colonialismo português. Representada na cerimónia organizada na homenagem ao grande revolucionário, uma delegação portuguesa associou-se directamente a homenagem. Uma delegação que representa, como frisou o Secretário-Geral do Conselho Mundial da Paz, «o Portugal que sempre esteve com o PAIGC e com os movimentos de libertação. O Portugal que o fascismo remeteu às prisões e ao exílio e hoje luta pela paz e a justiça social, contra as forças do fascismo e da reacção internacional».

Em nome do Portugal novo, que hoje estamos a construir, falou o ex-Secretário de Estado da Emigração do V Governo Provisório, que afirmou:

«Prestar esta homenagem é para nós um acto de justiça e um dever revolucionário. Ao fazê-lo, repudiamos cinco séculos de ocupação colonial, de exploração desenfreada, de esmagamento cultural. Repudiamos dez anos de guerras coloniais, de repressão de massácres, de bombardeamentos a aldeamentos estratégicos. Mas também recordamos que, embora em graus de modalidades diferentes, a mesma opressão se abatia sobre o povo português, através da exploração capitalista, da repressão fascista sobre as massas trabalhadoras e estudantis, do aniquilamento das liberdades.

Ao prestar esta homenagem, repudiamos, a conspiração que levou ao ignóbil assassinato de Amílcar Cabral. Queremos dizer-vos que nunca esqueceremos o sofrimento e a raiva que a notícia da sua morte provocou entre nós, e os protestos que, em pleno fascismo, ela desencadeou no nosso país»

E prosseguiu: «Camaradas: Amílcar Cabaral foi morto porque se recusou a deixar-se prender. Há valores no mundo que valem mais do que a própria vida. Neste seu acto final, Amílcar personificou a luta de um povo, de um continente e mesmo da humanidade inteira. Ao cair, ele é o homem universal, que dá a vida pela liberdade». Concluindo : «De qualquer maneira, a melhor homenagem que lhe podemos prestar, será exprimir aqui o nosso compromisso de solidariedade militante e revolucionária para com todos os oprimidos e explorados da Terra».

Defendendo a sua revolução e avançando no difícil caminho rumo ao socialismo, o povo português cumprirá da melhor forma o compromisso assumido face a um grande revolucionário que, pela sua acção, também contribuiu para o processo da sua libertação.

Novidades das Edições Avante!

TESTAMENTO SOB A FORÇA
— JULIUS FUTCHIC

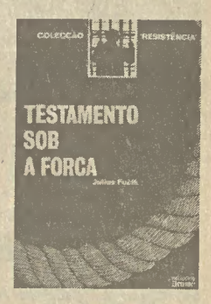
A consciência de um revolucionário perante a morte, a sua visão da vida e do mundo, a sua mensagem de esperança nas forças da paz e do progresso

preço 30$00

RUDIMENTOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO
— V. PODOSSETNIK — A. SPIRKINE

Trata-se duma introdução breve e clara ao materialismo histórico e à sua aplicação à nossa época

preço 25$00



A COMUNA DE PARIS
— V. I. LÉNINE

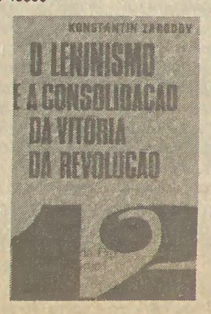
Lénine dá-nos nesta coletânea de textos sobre a Comuna a sua apreciação sobre esse importante acontecimento histórico, enriquecendo, com essa experiência, a teoria e a prática do socialismo científico.

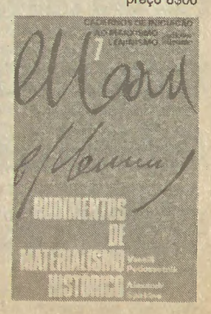
preço 40$00

O LENINISMO E A CONSOLIDAÇÃO DA VITÓRIA DA REVOLUÇÃO
— KONSTANTIN ZARODOV

Quais as condições e os meios da consolidação da vitória da revolução? De que alianças e de que apoios necessita a classe de vanguarda, a classe operária, para poder garantir essa consolidação? São estas as questões a que a presente brochura dá resposta.

preço 8$00





GRANDIOSA MANIFESTAÇÃO EM LISBOA

Dezenas de milhar de trabalhadores, tendo à sua frente uma numerosa delegação de soldados e marinheiros, manifestaram-se em Lisboa pela continuação sem hesitações nem desvios do processo revolucionário

Na véspera de ser nomeado o VI Governo Provisório a cidade de Lisboa assistiu a uma das maiores manifestações das massas trabalhadoras que desceram à rua manifestando frontalmente o seu desacordo por qualquer desvio à direita no rumo do processo revolucionário.

Com a adesão de cerca de 300 comissões de trabalhadores e moradores, dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores manifestaram-se pela desfesa das liberdades democráticas e das nacionalizações, pelo apoio total à luta dos camponeses e à Reforma Agrária e pelo avanço da Revolução.

Respondendo claramente à ofensiva das forças de direita, a iniciativa de 40 comissões de trabalhadores que constituiram secretariado provisório congregou os esforços de milhares de operários e outros trabalhadores que no dia 18 juntamente com soldados e marinheiros se concentraram na Praça do Comércio, deslocando-se depois os manifestantes pela Avenida da Liberdade até ao cimo do Parque Eduardo VII.

A impressionante manifestação começou a formar-se no Terreiro do Paço onde cerca das 19 horas já se notava grande aglomeração de representantes de váias empresas, empunhando distícos e cartazes.

A chegada de uma numerosa delegação de soldados e marinheiros fez irromper uma onda de aplausos entre a multidão que gritava: «Soldados e marinheiros sempre ao lado do Povo». Aliás, esta palavra de ordem repetir-se-ia durante todo o trajecto já que a presença daqueles militantes provocava ovações constantes por parte de todos aqueles que viam desfilar o cortejo.

A manifestação iniciou a sua marcha tendo na vanguarda um destacamento da classe operária que se fazia transportar em betoneiras, camionetas e mesmo «bulldozers». O desfile das viaturas já por si era impressionante, mas a multidão imensa que logo surgia exemplificava bem a determinação das classes trabalhadoras na disposição de defender as conquistas alcançadas.

As palavras de ordem gritadas e a maneira como eram proferidas anunciavam um clima de luta que se acentuava cada vez mais à medida que a manifestação avançava. «Contra um Governo de direita»; «Contra os saneamentos à esquerda»; «Abaixo a CIA e os seus lacaios»; «Morte ao ELP e a quem apoiar»; «Soldados sempre, sempre ao lado do povo»; «Apoio às Assembleias Populares» e «A classe operária com a Reforma Agrária» foram algumas das palavras de ordem mais repetidas pelos manifestantes.

Na Avenida da Liberdade a multidão compacta encheu por completo as duas vias centrais. Tendo saído do Terreiro do Paço cerca das 19 e 30 o grosso da manifestação só chegaria ao Parque Eduardo VII duas horas depois. Ali, os manifestantes ocuparam a ala esquerda e mais de metade dos relvados centrais.

Um dos elementos do secretariado provisório, Lúcio Janeio, operário da Mague, procedeu então à leitura de um «Manifesto» e no final foram aprovadas três moções de apoio à Reforma Agrária à luta dos povos do Chile, de Espanha e do Brasil contra o fascismo e de solidariedade para com o MPLA.

O «Manifesto» lido referia a ofensiva da direita tanto no campo militar como no campo civil, recordando «o descaramento de certas forças políticas como o PPD e o CDS» que já chegaram ao ponto de fazerem elogios públicos ao fascista Spínola e ameaçando com «levantamento armados contra as forças progressistas e o proceso democrático».

O documento terminava apontando os objectivos imediatos da luta das classes trabalhadoras, entre as quais são de destacar a defesa das liberdades democráticas, o fim dos saneamentos à esquerda e a expulsão dos reaccionários dos quartéis, a reconstituição do MFA como movimento progressista desempenhando o papel de vanguarda revolucionária das Forças Armadas, a defesa intransigente das nacionalizações, o apoio à luta dos camponeses fazendo avançar a Reforma Agrária, apelando no final para a unidade na luta contra a direita, «condição essencial para a defesa e o avanço da nossa Revolução».

Os manifestantes, que só viriam a dispersar cerca das 23 horas, seguiram a leitura do «Manifesto» gritando por diversas vezes «Poder Popular, avançar, avançar». O Hino Nacional cantado por todos os presentes culminou a grandiosa manifestação dos trabalhadores de Lisboa e da cintura industrial da capital.

APOIO EM OVAR Á REVOLUÇÃO

Alguns milhares de trabalhadores realizaram em Ovar uma manifestação durante a qual exprimiram sem rodeios a sua intenção de defenderem as conquistas já alcançadas pelo povo português, fazendo avançar o processo revolucionário e pondo cobro à ameça fascista.

Esta manifestação, que foi convocada pela Comissão Revolucionária dos trabalhadores da Toyota e logo apoiada pelas Comissões de Trabalhadores da Movar, Sital, Alçada e Cª, Câmara Municipal, Luso Celulóide e Sindicato dos Metalúrgicos, teve o apoio da Comissão Concelhia de Ovar do PCP, que apelou para a ampla participação dos democratas e antifascistas.

Apesar das manobaras reaccionárias — foram distribuidos panfletos anónimos pretendendo desmobilizr a manifestação — a manifestação decorreu dentro da melhor ordem revolucionária e foi uma resposta firme e decidida dos trabalhadores de Ovar, foi uma grande jornada de luta pela defesa da revolução. Pode dizer-se que os trabalhadores da região de Ovar demonstraram vibrantemente a sua determinação de construirem em Portugal uma democracia rumo ao socialismo.

No decorrer do comício que se seguiu à manifestação, os oradores apelaram para a unidade de todos os trabalhadores na construção do socialismo.

AJUNTAMENTO REACCIONÁRIO EM PORTALEGRE

A unidade dos trabalhadores alentejanos não é atacada apenas pelos grandes agrários e pela reacção fascista. Os trabalhadores socialistas devem recusar a divisão e o ódio. Socialistas ou não, os trabalhadores não são bandidos nem ladrões

«Os donos semeiam as terras e os bandidos roubam as colheitas». Ouvir frases destas da boca de quem se diz socialista, é deputado do PS e participa com a melhor boa vontade e notório entusiasmo numa manifestação do seu Partido, como sucedeu no dia 20 em Portalegre, só pode levar a uma conclusão: é que pela boca desse *«socialista»* falam os grandes agrários, fala a reacção fascista que provoca e pretende semear a violência no Alto e Baixo Alentejo. Aliás, estavam presentes na manifestação do PS esses *«donos»* que *«semeiam as terras»*. Estavam lá os grandes agrários, os mesmos que tentaram assaltar o nosso Centro de Trabalho em Portalegre. Afinal tudo bate certo, quando a etiqueta partidária que se usa serve para insultar os trabalhadores, serve para fomentar a divisão e o ódio.

«Aqui, e perante semelhantes calúnias, cabe-nos perguntar: então para o dirigente do PS são os latifundiários que semeiam as terras? Então os trabalhadores são bandidos e ladrões? Estarão os trabalhadores socialistas, que laboram nas herdades colectivas, de acordo com a afirmação do seu dirigente?» Escusado seria perguntá-lo. Os trabalhadores alentejanos sabem as respostas a essas perguntas da Comissão Distrital de Portalegre do nosso Partido.

Um dos motivos do ajuntamento do PS era pedir a demissão do Governador Civil. Mas para isso não conseguiram reunir, numa capital de distrito, mais de 400 pessoas no Largo da Sé, para lançarem provocações ao nosso Partido, e 1200 junto do quartel. Além dos agrários (porventura alguns deles *«socialistas»*) poucos verdadeiros socialistas deveriam estar entre essas pessoas que se juntaram para ouvir dirigentes do PS gritar *«Fora o comunismo, já, já!»* e outras *«palavras de ordem»* que nenhum fascista rejeitaria.

«Que os trabalhadores socialistas se dêem conta destes factos e saibam encontrar os seus dirigentes não naqueles que fomentam a divisão e o ódio, mas nos que se batem pela unidade e pelo avanço da revolução», sublinha a Comissão Distrital do nosso Partido em Portalegre. Não se trata de um conselho. Trata-se de trabalhadores comunistas que falam com trabalhadores socialistas no mesmo pé de igualdade sobre um assunto que profundamente lhes diz respeito: a unidade das classes trabalhadoras.

Aquilo que o Secretariado da Secção de Portalegre do PS designa por *«manifestação exemplar»* e *«por autêntica jornada socialista»* foi um ajuntamento para dar *«ensejo a que reaccionários, agrários e um bem identificado sector da burguesia citadina se manifestassem contra as forças progressistas e figuras de democratas insuspeitos»*, entre eles o actual Governador Civil, proposto para o cargo com o apoio do próprio Partido Socialista. A prova é que *«as palavras de ordem gritadas pelos dirigentes da manifestação coincidiam precisamente com os gritos furiosos dos agrários fascistas, quando da sua triste investida ao Governo Civil de Portalegre»*, como nota a Comissão Distrital do nosso Partido. A prova é ainda o facto de militantes terem abandonado o PS e de um membro do seu Secretariado ter sido expulso. Certamente isso não sucedeu por esses militantes socialistas terem apoiado a *«manifestação exemplar»* do PS, no dia 20, em Portalegre.

Perante o que se passou, foi em defesa da unidade do proletariado rural, dos pequenos e médios agricultores alentejanos, que a Comissão Distrital do nosso Partido em Portalegre se dirigiu mais uma vez aos *«trabalhadores socialistas no sentido de não se deixarem guiar pela demagogia de dirigentes irresponsáveis, que lhes põem na boca palavras de ordem estranhas aos seus reais interesses de classe. Não é combatendo os comunistas, deixando impunes os agrários fascistas que se constrói o socialismo»*.

«ACORDOS» SOBRE A INFORMAÇÃO

O PCP não apoiará nenhuma decisão governamental relativa aos meios de comunicação sem consulta aos próprios trabalhadores desse sector

Tendo os jornais «Expresso» do dia 20 e «Luta» do dia 19 publicado notícias inexactas e tendenciosas acerca das conclusões de um encontro de trabalho, realizado no quadro das negociações para a formação do VI Governo Provisório, a S.I.P. do PCP entente necessário esclarecer o seguinte:

1. Conforme notícias divulgadas na devida altura, teve lugar há dias, no quadro das diligências para a formação do VI Governo Provisório, um encontro de trabalho de um representante do então indigitado Primeiro Ministro com delegações do PCP e do PS, a fim de examinarem os problemas da comunicação social.

No último desses encontros, realizado no dia 18, os presentes reduziram a escrito as conclusões resultantes do debate havido, a serem submetidas ulteriormente à apreciação das direcções centrais dos partidos respectivos.

Tomando conhecimento dessas conclusões, a direcção central do PCP imediatamente as considerou inaceitáveis, tendo a Secção de Informação e Propaganda do PCP emitido nesse mesmo dia 18 para os órgãos de informação uma nota a esse respeito.

2. O PCP opõe-se a qualquer tentativa, como a constante das propostas e exigências do PS e do PPD nas negociações para a formação do VI Governo Provisório, de hegemonia e monopólio PS-PPD nos meios de comunicação social. O PCP não deu nem dará tão pouco o seu acordo à tentativa de impôr um controle tripartidário aos orgãos de informação. Não havendo um governo de coligação, criticando a presença do PPD no VI governo e tendo fortes reservas quanto à política do PS, muito menos o PCP poderia dar a sua caução, aprovação ou participação em soluções de «coligação» para meios de comunicação social.

3. O PCP combateu firmemente as propostas do PS (coincidentes em muitos pontos, segundo a informação recebida, com as propostas do PPD). Resoluções administrativas, imposição de um colete de forças aos orgãos de informação, estrangulamento da iniciativa e do trabalho criador, soluções repressivas, medidas como o encerramento imediato de «O Século» proposto pelo PS — encontraram e encontrarão sempre o combate firme do PCP.

Os trabalhadores dos meios de comunicação social podem estar certos de que o PCP não apoiará nenhuma decisão governamental relativa aos meios de comunicação sem consulta aos próprios trabalhadores desse sector. E o público em geral, afinal a primeira razão de ser dos próprios orgãos de comunicação social, pode estar certo de que o PCP se oporá a uma ditadura partidária sobre os orgãos de informação, que resultaria no fim de toda a liberdade e independência desses orgãos, na uniformização e manipulação sectárias de toda a informação social.

20-9-75

Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

A PARALISAÇÃO DOS METALÚRGICOS EXEMPLO DE FORÇA REVOLUCIONÁRIA

A paralisação dos Trabalhadores Metalúrgicos constituíu um índice inequívoco da força revolucionária da classe operária, à qual o futuro reserva batalhas decisivas no processo actual de agudização da luta de classes

A paralisação nacional dos Metalúrgicos, realizada ontem entre as 10 e as 11 horas, constituiu uma prova de combatividade e da disposição revolucionária das massas trabalhadoras. A classe dos metalúrgicos conta com profundas tradições de luta na resistência anti-fascista, anti-capitalista e anti-imperialista. Recusando demagogias fáceis, manifestando um alto grau de consciêncialização de classe, os metalúrgicos empenham-se decididamente na batalha da produção. Hoje, ao decidirem e realizarem uma das maiores greves de classe após o 25 de Abril, os metalúrgicos demonstram que, em função de cada situação concreta, a classe operária e outros trabalhadores encontram a táctica correcta e impulsionadora do processo revolucionário. A luta de classes não cessa de agudizar-se. O patronato, o capitalismo, encontram pela frente um adversário poderoso: a classe operária, na qual os metalúrgicos ocupam um lugar de destaque, quantitativa e qualitativamente.

Os trabalhadores da metalurgia e da metalomecânica, conduzidos pelos operários do sector, de norte a sul do país paralisaram, ontem, durante uma hora. A Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos denunciou, amplamente, o boicote às negociações do contrato colectivo de trabalho desencadeado pelo patronato, a recusa deste em cumprir os salários da Portaria já assinada pelo Ministério do Trabalho do V Governo e a chantagem que sobre o VI Governo estão a exercer os capitalistas no sentido da anulação da portaria. A lista A, que concorre às eleições do Sindicato dos Metalúrgicos, anunciou o seu apoio integral à greve contra o patronato. Mesmo em empresas às quais a Portaria se não aplica de imediato, os trabalhadores aderiram entusiasticamente à greve. Grandes, pequenas e médias empresas do sector paralizaram e, durante uma hora, os trabalhadores debateram as formas de organização e de luta, tendo sido enviadas moções ao Presidente da República, ao Governo, ao Conselho da Revolução, ao Ministério do Trabalho.

De registar que diversos sindicatos manifestaram a sua firme solidariedade com a luta dos Metalúrgicos.

«Unidos Venceremos», slogan usado na mobilização à greve, reflecte uma lei da batalha política na qual a classe operária e outros trabalhadores se empenham na defesa e avanço do processo revolucionário. A greve dos trabalhadores metalúrgicos é um testemunho eloquente desta unidade e da força revolucionária do povo trabalhador, e é simultaneamente uma garantia da vitória sobre o capitalismo e neo-capitalismo por mais *«democráticas»* que sejam as máscaras dos seus arautos, comprometidos com o imperialismo, e procurando travar, em vão, o caminho das massas populares para a liberdade, a independência nacional e o socialismo.

HOMENAGEM A BRECHT

A «Semana Bertolt Brecht» deve, sobretudo, constituir um incentivo para os artistas portugueses

Bertolt B recht, o grande dramaturgo e encenador comunista alemão, teve finalmente em Portugal a homenagem que lhe era, de h muito, devida. Graças à iniciativa conjunta da Associação de Amizade Portugal-RDA e do Comité de Amizade RDA-Portugal, decorreu, desde o passado sábado até hoje uma semana dedicada a B recht, a qual deve constituir, sobretudo, um poderoso incentivo aos artistas revolucion rios portugueses para que estes coloquem, tal como Brecht o fez, a sua arte ao serviço do povo, da sua vanguarda e da revolução.

Na j rnada inaugural desta semana, que em Lisboa decorreu no Teatro S. Luiz, estiveram presentes, nomeadamente, vários diplomatas dos países socialistas, entre os quais os camaradas embaixadores da RDA e da URSS Após a inauguração de uma exposição dedicada à vida e obra de Bertolt B recht, actuou o grupo de canções Novos Horizontes do Teatro Popular de Rostock. No início da sua apresentação, o grupo, pela voz do actor Hans Peter Minetti — que é membro suplente do Comité Central do Partido Socialista Unificado da RDA — dirigiu uma mensagem ao povo português, na qual se afirma «Não viemos cá apenas como artistas, mas também como emissários da solidariedade do nosso povo para com o povo português». A Semana B ertolt Brecht incluíu ainda várias palestras de Werner Hecht, ex-colaborador do Berliner Ensemble — grupo fundado por Brecht — tendo sido exibidos dois filmes, um dedicado à grande actriz Helene Weigel, companheira do dramaturgo, e outro sobre uma das obras-primas do teatro mundial : Mãe Coragem». No âmbito desta Semana Brecht, actuou ainda o Grupo de Teatro de Mem Martins, com a peça : As Espingardas da M ãe Carrar .

De salientar que, de acordo com uma política descentralizadora que urge estabelecer no teatro — e na cultura — , algumas destas iniciativas foram também apresentadas em Almada, Évora e Setúbal.

A FESTA DO «UZ»: GRANDE JORNADA DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Na cidade de Dusseldorf, da RFA, cerca de 400.000 pessoas visitaram este ano a «Festa da Imprensa Operária» (mais 150.000 que no ano passado) organizada pelo «Unsere Zeit», órgão central do DKP (Partido Comunista da República Federal da Alemanha).

O Governo de Helmuth Schmidt, através das autoridades de Dusseldorf, tudo tentou para, manobrando a lei, impedir a realização desta importante iniciativa de massas do DKP, mas uma extensa campanha internacional de protesto se levantou contra as tentativas arbitrárias das autoridades alemãs, a voz da imprensa operária internacional fez-se ouvir – entre as quais o «Avante!» – e «UZ» poude finalmente levar por diante a sua iniciativa.

Dois magníficos dias de sol e a grande afluência da juventude progressista alemã imprimiram à festa um cunho de sadia convivência sob o lema da solidariedade internacional aos povos do Chile, de Portugal, do Vietnam, da Espanha, da Turquia e da Palestina. Centenas de portugueses emigrados na RFA, vindos de diversas cidades, acorreram ao «stand» de Portugal, onde Dias Lourenço, em representação do PCP, deu aos assistentes uma informação da situação nacional e da política do Partido.

No domingo, durante um grande comício de solidariedade internacional, actuou no palco o «Grupo Intróito», do agrupamento democrático «Canto Livre», convidado pelos organizadores, que entusiasmou a assistência com as suas canções populares e revolucionárias. O «Avante camarada!» foi entoado em coro por milhares de assistentes que numa inequívoca posição solidária com os comunistas portugueses gritavam frequentemente «PCP!, PCP!». Neste comício falou Dias Lourenço, que chamou a atenção da opinião pública internacional para os perigos de retorno do fascismo em Portugal e para o criminoso auxílio do imperialismo e dos círculos mais reaccionários do capital internacional à contra-revolução fascista. A revolução portuguesa transcende na sua importância as fronteiras do País, daí a necessidade e a imperiosidade da acção fraterna e solidária de todos os povos do mundo para com a luta do povo português.

George Polikeit, director do UZ» e membro do bureau Político do DKP, referiu as perseguições que de novo estão a ser feitas pelo governo social-democrata aos funcionários públicos suspeitos de comunistas e salientou a importância da «Festa» como grande jornada internacional de solidariedade aos que lutam contra o imperialismo e o fascismo.

A «Festa da Imprensa Operária», de Dusseldorf foi uma grande afirmação da influência crescente do DKP entre os trabalhadores e a juventude da RFA.

INTERSINDICAL: CINCO ANOS DE LUTA

A Intersindical Nacional, confederação geral dos sindicatos portugueses, comemora o seu quinto aniversário. Sob o signo da unidade e coesão dos trabalhadores, a data servirá para desmascarar mais uma vez os inimigos do movimento sindical que, tendo resistido à PIDE e ao fascismo, melhor a eles resistirá

A Intersindical Nacional, central única dos trabalhadores portugueses, comemora, no próximo dia 1 de Outubro, o quinto aniversário da sua fundação. À semelhança do que sucedeu pela primeira vez em liberdade, no ano findo, a Intersindical, realizará naquele dia um grande comício no Campo Pequeno, em Lisboa.

Reconhecida na lei como *«a confederação geral dos sindicatos portugueses»*, a Intersindical é considerada no preâmbulo do Decreto-Lei, que a institucionaliza, como condição indispensável para a consolidação da democracia e para o reforço da unidade e coesão dos trabalhadores em torno das suas organizações sindicais.

Numa altura em que a reacção fascista, aliada ao PS e ao MRPP, tenta lançar alguns sindicatos na via do divisionismo e destruir algumas das conquistas mais importantes do movimento sindical unitário, é urgente prosseguir com vigor redobrado a luta pela unidade e pelo fortalecimento da organização dos trabalhadores a todos os níveis, criticando os erros, mas caminhando em frente, e denunciando ao mesmo tempo os grupúsculos de provocadores e aventureiros que tentam infiltrar-se no movimento sindical para o destruir.

Criada em 1 de Outubro de 1970, no primeiro encontro nacional de dirigentes sindicais representativos, convocados pelos Sindicatos dos Caixeiros, Lanifícios, Metalúrgicos, Bancários e Propaganda Médica (todos de Lisboa) a Intersindical afirmou-se desde logo como estrutura unitária contra o grande capital e a ditadura terrorista que o protegia. Frente unida, criada dentro dos chamados Sindicatos Nacionais do tempo do fascismo e surgida da luta dentro desses organismos corporativos, como preconizara e defendera o nosso Partido, a Intersindical depressa ultrapassou o núcleo dos Sindicatos fundadores, contribuindo para o desenvolvimento da luta contra o fascismo nas fábricas, nos escritórios, nas empresas.

A Pide, encabeçando a repressão fascista, não tardou a abater-se sobre a Intersindical. A polícia começa a aparecer nos locais de reunião. Várias assembleias e reuniões gerais de sócios são impedidas. Em Junho e Julho de 1971 são presos e torturados vários dirigentes sindicais. Mas a Inter resistiu e fortaleceu-se surgindo da semi-clandestinidade no 25 de Abril como apoio poderoso ao Movimento das Forças Armadas e à reconstrução de Portugal liberto do fascismo.

O que a Pide não conseguiu — destruir a Intersindical e todo o movimento sindical unitário — tentam agora conseguí-lo grupos de provocadores e aventureiros não só alheios às massas trabalhadoras como seus inimigos sob a capa absurda do verbalismo anti-comunista. Os trabalhadores, que têm perfeita consciência dos seus interesses, os trabalhadores que resistiram à Pide e ao fascismo, saberão defender a Intersindical das ridículas pretensões de meia dúzia de provocadores apostados em esbanjar os dinheiros sindicais, as cotas dos sindicalizados, em provocações idiotas publicadas nos jornais.

ASSALTO DE REACCIONÁRIOS A UM GRÉMIO DA LAVOURA

A Comissão Liquidatária do Grémio da Lavoura de Idanha-a-Nova foi convidada por carta assinada por um elemento da mesma Comissão, Manuel Guilherme, para uma reunião extraordinária, urgente, que teria lugar no referido Grémio, dia 12 do corrente pelas 10 horas. Segundo essa carta, a reunião era pedida por um grupo de lavradores que queria expôr vários assuntos de interesse para a lavoura do concelho.

À hora marcada, a Comissão Liquidatária verificou já dentro do Grémio, com surpresa, que as pessoas presentes não eram de forma nenhuma representativas dos interesses da lavoura do concelho. Latifundiários como Jerónimo Manzarra e Trigueiros Aragão, reaccionários como o eng. Manuel Esteves Perdigoto, ex-«ANPs» como o dr. Oliveira de Medelin, Guilherme Coelho Ferreira de Cledo, Domingos Mendes Serejo Carvalho do Rosmaninhal e provocadores arruaceiros como o Manuel Serejo Folgado, não estavam ali, de certeza, para tratarem de assuntos que interessassem aos verdadeiros trabalhadores do campo.

Desde logo a Comissão Liquidatária foi convidada pelo eng. Esteves Perdigoto a apresentar a sua demissão «a bem» alegando que a mesma não tinha sido eleita democraticamente. Este Sr. eng. esqueceu-se que todas as Comissões Liquidatárias foram escolhidas e nomeadas pelo Governo, de quem mereceram a confiança necessária para bem servir os verdadeiros interesses dos pequenos e médios agricultores e da agricultura em geral.

Os membros da Comissão Liquidatária, ao verem ali cerca de sessenta pessoas a serem manobradas por tais provocadores cedeu sem ôpor resistência, já que os próprios reaccionários diziam que era bom que o assunto se resolvesse «a bem», para evitar atitudes extremas. Estas palavras ameaçadoras dizem bem da intenção destes inimigos do povo e da agricultura que, durante toda a vida, trataram com fins unicamente exploratívos.

A Comissão Liquidatária, atendendo às condições e para não criar um clima que poderia levar a actuações iguais às que por esse país fora, homens de igual índole têm provocado, acedeu a registar no livro de actas o pedido de demissão, denunciando entretanto as condições em que o fizeram. Os reaccionários provocadores, sem força representativa nem qualidades que lhes faculte defender os interesses agrícolas do concelho, elegeram uma nova Comissão Liquidatária que lhes permitirá defender os seus interesses, contrários aos dos pequenos e médios agricultores.

Estas atitudes justificam-se em relação a uma Comissão Liquidatária que pediu à Federação uma Sindicância que avaliasse todo o trabalho feito anteriormente por este Grémio, que como todos os Grémios, só servia os latifundiários exploradores. Isto vê-se pelos grandes débitos ainda existentes.

Torna-se, pois, urgente que os pequenos e médios agricultores estejam atentos para mais este tipo de manobra reaccionária que visa privar os agricultores dos benefícios a que têm direito, e consequentemente travar o avanço efectivo do processo revolucionário rumo ao socialismo.

INTERCÂMBIO COM OS POVOS SOCIALISTAS

A Liga de Intercâmbio Cultural, Social e Científico com os Povos Socialistas informa que a Associação Portugal-RDA, núcleo do Barreiro, tem patente na sua sede até dia 30 do corrente mês uma exposição sobre a vida na República Democrática Alemã.

Informa ainda a Liga que a Associação Portugal-URSS, núcleo do Barreiro, reabriu as inscrições para o ano lectivo 1975/76 do Curso de Russo, com turmas de 1.º e 2.º ano. Os cursos estão abertos aos sócios da Associação mediante uma mensalidade de 100$00.

SESSÕES E COMÍCIOS

No próximo sábado, o nosso Partido promove sessões de esclarecimento em Vendas Novas e em Vila Viçosa, nos Centros de Trabalho respectivos. Na primeira estará presente o camarada Joaquim Gomes e na segunda o camarada Francisco Miguel. Ambas as sessões terão início às 21 horas. Hoje, sob a sigla «Unir a juventude esmagar a reacção», a Comissão Concelhia da UJC promove um comício no Salão dos Bombeiros Voluntários de Alverca, às 21 horas, a que estará presente o camarada Aurélio Santos, do C.C. do PCP.